

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE
REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS--

----- **ATA NÚMERO DEZOITO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, Mário Joaquim Gomes Branco, David Filipe dos Santos Pinto, Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa, António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda e Vitor Oliveira Martins. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo, Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno e Paulo Carrapatoso Bordalo Amado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – José Leonardo Baptista Rodrigues. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Amado. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por David Pinto. -----

----- José Alberto da Conceição Reis, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vanessa de Sousa. -----

----- Susana Marina Soares Paulo, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Carvalheda. -----

----- Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vitor Martins. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, iniciando-se pelo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando estarem inscritos dois Fregueses para intervir, deu-lhes a palavra, por ordem de inscrição. -----

----- **Freguesa Isabel Colher fez a seguinte intervenção:** -----

----- “*Eu sou moradora na Rua Afonso Lopes Vieira, cresci no Bairro de Alvalade, vivo na casa que era a casa dos meus avós e venho falar de um assunto que toda a gente sabe que é chato aqui no nosso bairro, que é o ruído dos aviões.* -----

----- *Eu tenho 54 anos, sempre vivi com aviões, não é uma questão nova para mim, sim estou habituada, só que cada vez está mais insuportável, como toda a gente sabe. Nalgumas alturas há aviões de dois em dois minutos, não se consegue falar, não se*

consegue concentrar, há de noite aviões. Esta noite eu estive a ver e passaram cerca de 40 aviões por cima do nosso lado, outros 40 para outro lado.-----

----- É uma situação que de uns dez anos para cá está a ficar insuportável. Nós não conseguimos estar de janela aberta, vem o verão e não se consegue estar de janela aberta, nas escolas os professores queixam-se. -----

----- Temos um logradouro, houve uma pandemia, foi uma maravilha, até parece mal dizer uma coisa destas, mas foi uma maravilha. O nosso bairro é super bonito, tem espaços verdes, tem zonas onde a gente pode estar na rua. Eu agora não consigo ir para o meu logradouro, estava lá bem, mas agora não se consegue porque eu sou mesmo sobrevoada em cima e é horrível. Há algumas alturas do dia que é de dois em dois minutos, é mesmo insuportável. Posso dizer que não os oiço, mas a verdade é que o ruído está lá e o ruído é bastante alto. -----

----- De noite há uma Lei do Ruído que não é cumprida, de todo. A Organização Mundial de Saúde prevê um nível de ruído que é ultrapassado e legalmente nós temos de cumprir uma legislação que o aeroporto não cumpre e nós todos estamos a passar mal. Há pessoas que dormem de tampões, há pessoas que não conseguem dormir e têm crises de ansiedade. Isto depois reflete-se na saúde pública de todos. -----

----- Eu sei que isto não está na mão da Junta de Freguesia, nem nas nossas mãos, eu sei perfeitamente, mas como é o órgão de poder local que nos representa, era perceber o que é que a Junta poderá fazer, em forma de dizer que este aeroporto não pode estar mais aqui, ou pelo menos, perceber em que moldes é que isto pode ficar aqui, mas na minha opinião, o aeroporto não pode ficar aqui. -----

----- Já chega de aeroporto, temos direito a viver tranquilos e num bairro que é super bonito, que permite andar na rua, mas não dá. -----

----- Muito obrigada.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que infelizmente estavam há mais de sessenta anos à espera do novo aeroporto. Prometiam-se decisões até ao final do ano e tinham essa esperança, que fosse talvez o princípio do fim. A própria Junta, mesmo sem competências sobre a matéria, já teve oportunidade de se pronunciar. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para dar esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Junta disse que, de facto, a Junta não tinha competência nessas matérias, e os órgãos públicos regiam-se pela Lei. Sobre esta matéria, também não ia fazer política partidária, porque era uma responsabilidade coletiva de todos os partidos que tiveram responsabilidade nos governos. -----

----- Sabia, como cidadão normalmente informado, que havia incumprimento de algumas normas europeias e que tinha vindo a agravar-se. A esperança era que, agora, o Governo tinha uma comissão técnica de especialistas, algo que estava acima das ações políticas partidárias, que podiam ser muito legítimas, mas neste passo, com conhecimento técnico, podia ser muito mais seguro para todos os cidadãos as decisões que viessem a ser tomadas. -----

----- A única coisa que podiam dizer, era que já houve uma petição pública do Movimento “Zero”, se não estava em erro. A Junta, na altura, respondeu e mandou para os órgãos competentes. Não sendo radical que o aeroporto ia mudar de um dia para o outro, porque sabiam que isso não era possível, sabiam que talvez um novo aeroporto permitisse um cumprimento mais rigoroso das leis do ruído, mesmo que se mantivesse um segundo aeroporto mais pequeno a funcionar naquilo que antes chamavam Aeroporto da Portela. O outro aeroporto internacional poderia limitar o número de voos e permitir aplicar melhor a legislação europeia que limitava os voos noturnos.-----

----- Não podia dizer mais do que isto e não valia a pena fazer politiquice sobre esta matéria, porque de facto não tinham qualquer poder. Podiam influenciar, era esse o dever, mas na Assembleia Municipal já todos os partidos se pronunciaram sobre isto e havia um certo consenso. -----

----- Depois, havia pormenores técnicos, pessoas que percebiam mais de algumas atividades económicas, defendiam uma posição, outras valorizavam outros aspetos da vida da comunidade. -----

----- Era a única coisa que podia dizer. Tinha muita pena, mas sabia que era assim, ainda por cima na parte mais próxima do Campo Grande, aquele corredor era mais ruidoso, onde estava a Afonso Lopes Vieira. -----

----- Só podia demonstrar solidariedade, mas isso seria de todos ali presentes. Não tinham capacidade para tomar uma decisão, sempre que esta matéria fosse posta, mas não nesta fase já avançada, em que o Governo tinha esta matéria já em fase de decisão, e aí só podiam acompanhar as posições dos cidadãos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo Freguês inscrito. ----

----- **Freguês Luis Pereira** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite. Antes de começar o meu tema gostava só de adiantar qualquer coisa àquilo que foi dito agora sobre o tema anterior e tem a ver com o poder da Junta fazer alguma coisa. Eu penso que a Junta pode acionar os tribunais administrativos e outros para o cumprimento da obrigação à prática do ato legal, mas isso é em defesa dos cidadãos e pode-o fazer perfeitamente. É a Junta que tem a representação dos cidadãos e pode acionar os tribunais nesse sentido, mas pronto, são questões de direito que eu não domino totalmente.* -----

----- *Começando pela minha questão, começo logo por dizer que tive um bocadinho de dificuldades em aceder a este recinto, uma vez que acho que isto devia ter uma rampa para uma cadeira de rodas.* -----

----- *Agora questões formais. Eu dirigia-me ao Senhor Presidente da Assembleia porque tenho aqui duas questões, uma delas tem a ver com a convocatória da Assembleia.* -----

----- *A Assembleia foi convocada, pelo menos foi posta num local muito escondido da página da Junta, que era preciso entrar na página de entrada, depois era Freguesia, documentos, Assembleia de Freguesia, 2023, é preciso percorrer este caminho todo e foi lá posta, não com os 8 dias, mas com 5 dias de antecedência, sendo que na página principal foi posta com 2 dias de antecedência. Aliás, já devia lá estar desde o momento que foi convocada. Não sei o que há, não vale a pena congeminar sobre isto, mas pôr o ato principal desta Freguesia, que é a sua Assembleia de Freguesia, ser convocado, ser divulgado na página da internet com 2 dias da antecedência, onde lá constam eventos e notícias que já estão passados e repassados, acho que não é de todo a melhor prática.* -

----- *Outra coisa também com a Assembleia de Freguesia, tem a ver com as atas. Eu verifico que há um tempo a esta parte as atas não constam no período pré ordem do dia. Eu penso que é um momento da Assembleia que devia ser refletido também nas atas e o que eu vejo nas últimas não consta lá nenhuma referência ao período de antes da ordem do dia.* -----

----- *Pronto, isto era mais para o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.* -----

----- *Passando à parte material, uma vez que nestas Assembleias os fregueses não têm direito a réplica, eu gostava de pôr aqui mais uma vez uma questão que já pus, mas como não tenho direito a réplica e não foi respondido, a questão tem a ver com quando é que a Junta de Freguesia toma uma decisão sobre a legalidade daquilo que se está passando no parque desportivo de São Miguel.* -----

----- Ou seja, aquilo é um parque exclusivamente de prática desportiva e neste momento tem um terço da sua ocupação com carros de aluguer. Eu procuro mais uma vez, quando é que há uma data, quando é que há uma decisão da Junta a obrigar ao cumprimento da legalidade, porque a Junta é parte contratante, tem obrigações de fiscalizar a concessão que atribuiu. Não são cidadãos que vão fiscalizar, não é? Tem que ser alguém que concedeu, passa pela Junta, acho eu, acho que não é a Polícia Municipal que o fará.-----

----- Sobre a utilização do espaço público e as esplanadas neste caso em concreto, eu vi ainda hoje que houve um relatório feito por dez entidades, em 2019 fizeram um trabalho realizado sobre Alvalade mais acessível, do grupo de acessibilidades da Comissão Social da Freguesia de Alvalade, Associação de Moradores do Campo Grande, Associação Dom Maior, Câmara Municipal de Lisboa, Casa Pia, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Junta de Freguesia de Alvalade, Polícia Municipal, Santa Casa de Misericórdia, Serviços Sociais da Universidade de Lisboa. -----

----- Toda esta gente participou neste trabalho e fez um relatório, do qual constavam várias recomendações. Uma delas dizia a utilização das esplanadas não delimitadas, ou seja, apelava à fiscalização, ao cumprimento da prática da utilização das esplanadas não delimitadas em cima dos passeios. -----

----- Neste caso não era uma questão de civismo dos fregueses, mas sim da responsabilidade da própria Junta de Freguesia na atribuição dessas licenças. E o que eu vejo ao pé de mim, não vou falar de outras, agora ando de muletas e custa-me a passar. Ao pé de mim um restaurante que se chama o Cantinho de Alvalade, que tem 20 metros quadrados e depois pôs uma esplanada de génese ilegal, dito pela Câmara e informado pela Câmara que aquela esplanada fechada é de génese ilegal e em frente a essa esplanada põem mais 60 metros quadrados com mesas que normalmente são ocupadas ao almoço ou ao jantar e eu sou remetido a essas horas para a estrada porque eles ocupam até à paragem do autocarro. -----

----- Eu já chamei a polícia, a polícia diz que a Junta de Freguesia licenciou, o regulamento diz que as esplanadas são licenciadas em frente aos estabelecimentos de restauração, não é em frente às esplanadas fixas, nem de lado das esplanadas fixas, é em frente aos estabelecimentos e ali não estão. Se vamos considerar em frente à esplanada vamos parar no aeroporto. As esplanadas são em frente ao estabelecimento, não é em frente às esplanadas fixas de génese ilegal, que depois remetem os fregueses para o meio da estrada nas horas em que eles estão ocupados. -----

----- A informação foi-me dada pela Polícia Municipal, que foi a Junta que licenciou, eu agora tenho uma questão, não sei se é verdade e por isso até ao fim do mês que vem eu espero que a Junta atue, porque senão vou atuar eu perante o Ministério Público, ou por abuso de poder da Junta porque está a licenciar uma coisa que não pode, até porque há ali mais infrações, ou então a Polícia Municipal por denegação de justiça, uma coisa ou outra eu terei que fazer. Infelizmente vou ter que tomar essa decisão se não for tomada por outros que têm esse poder. -----

----- Por fim, e vou falar mais uma vez do nosso dinheiro, ou seja, foram contratados aqui... começo pela revista. No Executivo anterior em quatro ano e meio foram gastos 45 mil euros na revista, neste Executivo temos num terço do tempo, em ano e meio, o triplo do dinheiro gasto, cerca de 130 mil euros. Depois temos a contratação de alguém por 11 mil euros para vir fazer a produção de conteúdos. A produção de conteúdos sempre foi feita. Eu não sei como é que agora nós precisamos de algum profissional para fazer uma produção de conteúdos, parece que estamos a vender alguma coisa. ----

----- Depois temos a outra questão, que é a última e que tem a ver com a contratação de um coordenador para a Universidade Sénior. Ou seja, no espaço da nossa Freguesia já

há duas universidades seniores registadas na RUTIS e nenhuma tem aluno e nós agora fomos contratar uma pessoa por 22 mil euros para vir coordenar uma universidade sénior que não existe. Eu pergunto do que é que ele é coordenador, de uma coisa que não existe. -----

----- Vêm-me dizer que vão montar uma e o trabalho de coordenação começa antes, mas isto é tudo feito nas outras Freguesias com o trabalho de voluntários. Agora, contratar uma pessoa de 76 anos para vir coordenar, por muita experiência que tenha, geralmente os coordenadores são pessoas que têm que ter alguma dinâmica, alguma perspetiva moderna das coisas. -----

----- Eu não tenho nada contra a pessoa, nem a conheço, mas 22 mil euros para vir coordenar uma coisa que não existe, eu acho que há aqui algum desajuste da aplicação dos dinheiros públicos. -----

----- Muito obrigado.”-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para dar esclarecimentos. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, concordasse ou não, era direito legítimo do freguês, e ainda bem, de vir à Assembleia de Freguesia expor as suas ideias, as suas críticas. Estavam num Estado de Direito Democrático e isso fazia parte da normalidade da vida em comum. -----

---- Quanto ao acesso difícil à sala, não podia estar mais de acordo e por isso mesmo tinham um projeto que foi apresentado à Câmara e já foi autorizada transferência de verbas, veriam se a Assembleia de Freguesia concordava ou não, precisamente para a requalificação deste espaço, até indo ao encontro de uma recomendação da Inspeção Geral das Atividades Culturais para determinados eventos e iniciativas que ali não se podiam fazer. -----

---- Neste sentido iam aproveitar para melhorar os acessos, nomeadamente com a rampa. Os arquitetos, e os projetos a serem desenvolvidos, teriam de dar resposta a esta necessidade. -----

---- Quanto à convocatória, o que podia dizer era que, nos termos da Lei, não tinha alterado nenhum procedimento que tivesse sido seguido desde sempre. Também compreendia que havia razão, o acesso da informação no site não era muito fácil e o Executivo já aprovou um novo desenho de reformulação do site, já estavam na fase de execução em termos informáticos para que esse acesso à informação fosse muito mais fácil. -----

---- Sobre a esplanada, já não era a primeira vez que expunha esse problema, os serviços técnicos já lhe responderam, até por e-mail. Não sabia o que a polícia lhe disse, sabia o que a polícia tinha como documento escrito, que a polícia foi chamada, foi fiscalizar e atestava a regularidade e legalidade daquela esplanada. Depois, podia distribuir a todos os Membros da Assembleia de Freguesia, porque o que estava a dizer era documentado, não era uma opinião, não era polícia, nem especialista nesta matéria. -

---- Do ponto de vista técnico, os técnicos que avaliavam estas questões não tinham vários critérios, tinham os critérios que aplicavam a Lei e que sempre aplicaram, mas o freguês tinha toda a legitimidade de fazer uma queixa ao Ministério Público, era por isso que ele existia e as outras instituições de direito. Não era nenhuma ameaça, era um direito que o Senhor podia exercer e se o entendesse fazer, achava muito bem. -----

---- O que não podiam era contrariar os outros direitos dos comerciantes só porque alguém estava contra, se a Lei a aplicar era aquela. A Junta de Freguesia não tinha nenhum interesse em ter esplanadas, não tinha qualquer vantagem económica, nem outra. Aliás, isto nem era matéria de decisão política, tinha de ter um fundamento técnico, que cumpria a Lei e os regulamentos aplicáveis, e era isso que tinha sido feito,

mas se as pessoas não concordavam, tinham todo o direito de não concordar, e havia outros órgãos com mais poder do que a Junta nessas matérias, que podiam decidir a seu contento ou não. -----

----- Até ao momento, tinha-se feito o possível para cumprir a Lei e era isso que tinham de continuar a fazer. Se os tribunais viessem a dizer que estavam a agir mal, tinham de emendar. Era assim que funcionava o Estado de Direito. -----

----- Sobre o complexo São João de Brito, eram opiniões, um processo que entendiam que não era por ter mudado a cor política dos Executivos que devia merecer alterações profundas. Podia ser melhorado, como tudo na vida, mas aquilo resultava de um orçamento participativo e havia um equívoco, porque aquilo chamava-se complexo desportivo municipal, não era da competência da Junta. A Junta era um parceiro que colaborava com eles, mas a tutela daquele espaço, e quem mandava no que se podia ou não lá fazer, era a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A Junta era parceira e defendia os interesses da comunidade, sabendo que os moradores daquela zona estavam todos favoráveis ao desenvolvimento daquele projeto, porque foram questionados, as pessoas diziam isso. Havia projetos apresentados na CML que iam ao encontro dessa crítica, daquilo deixar de ser um estacionamento e partes que tinham de ser melhoradas, mas a Junta ainda não tinha conhecimento da sua finalização. Seria, primeiro, apreciado pelos técnicos competentes dos serviços da CML, e quando fosse aprovado, teriam de ter conhecimento e pronunciar-se, porque tinham esse direito. -----

----- Quanto à revista, era uma crítica, mas estavam em democracia e era uma opção política, não ia abdicar dela, e seria julgado pelos cidadãos. Entendia que a revista era um objeto que devia merecer algum cuidado, tinha de ter uma componente estética e artística. Era uma opção política e todas as opções políticas eram criticáveis. -----

----- Em relação às contratações na Universidade Sénior, havia um trabalho prévio, de regulamentos, de critérios, de objetivos, de contratação, do número de disciplinas, da parte letiva e de eventos, um conjunto de procedimentos que era preparado antecipadamente. -----

----- A Junta de Freguesia de Alvalade tinha duas pessoas na área da chamada cultura, uma pessoa na área da comunicação. Portanto, ou eles eram robots e tinham uma capacidade sobrehumana, ou não tinham de facto capacidade. -----

----- Infelizmente, não havia recursos humanos para fazer aquilo que queriam fazer, e nesse sentido precisavam de contratar. Seriam avaliados pelos resultados, criticados com certeza. Isso era legítimo e até bom, porque os alertava e fazia atender às preocupações das pessoas. -----

----- O Senhor Presidente constatando não haver mais Fregueses inscritos, encerrou esta parte dos Trabalhos e deu início ao -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que tinham dois pequenos pontos de ordem à Mesa.

----- O primeiro era por ter sido aprovada na última Assembleia uma proposta apresentada pela CDU sobre o melhoramento das condições de funcionamento da Assembleia de Freguesia. Obviamente ainda não aconteceu, como podiam verificar, e queria saber se havia algum prazo e alguma resposta, quando se previa que essa proposta fosse implementada. -----

----- Uma questão que também falaram na última Assembleia, tinha a ver com a situação das atas. Passou mais de ano e meio desde que o mandato começou e ainda não

tinham atas discutidas e aprovadas. O Senhor Presidente da Assembleia foi questionado por esse facto, foi garantido então que na próxima Assembleia estariam a discutir essas atas e não iria acontecer. -----

----- Sabiam que podia ser uma discussão aborrecida, mas era essencial, era necessária até por questões administrativas. Portanto, causava alguma perplexidade que isto não acontecesse, ainda para mais quando tinham recebido umas e depois foram retiradas. Entendiam a razão que foi dada, mas a demora no resto continuava a ser demais. -----

----- Votavam-se atas em minuta, fazia-se isso no final das reuniões. A CDU, uma vez que não concordava com esta situação, que não tinha razão de ser, era um ano e meio e não fazia sentido, quase que em protesto, iria votar contra as atas em minuta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que essa situação quase parecia outra coisa, mas fariam o que tivessem de fazer. -----

----- Disse que nem ia falar sobre as condições da Assembleia, porque a Mesa estava cada vez mais enterrada nas suas cadeiras e daí a pouco estariam sentados no chão. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que compreendia bem a freguesia Isabel Colher. Eram mais ou menos da mesma idade, estavam a chegar a um ponto em que os aviões já extravasavam bem a hora. Sabia que era difícil, a culpa era do Galamba, mas não era só, foram 50 ou 60 anos a discutir um aeroporto. -----

----- Não era um assunto fácil, mas havia questões que tinham de reforçar e queria denunciar também que havia aviões a aterrar à uma da manhã e esta noite foi um dos exemplos. Isto não podia continuar a repetir-se e já nem ia falar da frequência que tinha havido do ruído, porque quem morava em Alvalade sabia que tinha que continuar com isso. -----

----- O “Mudar Alvalade” estava 100% com a freguesia, porque as pessoas do movimento viviam todas em Alvalade. -----

----- Relativamente ao freguês Luis Pereira, mais uma vez ia ali cheio de razões, apresentar algumas das situações, e começaria pela revista. Era bonita, tinha uma boa estética, mas por vezes tinham de pensar se não seria melhor uma das propostas que o MMA tinha, de ser um jornal, porque tinham de pensar no meio ambiente, como também na parte da economia. Aí estava 100% de acordo, e dava o exemplo da Junta de Freguesia de Benfica, que tinha um jornal e servia perfeitamente a população. -----

----- As pessoas que de facto quisessem receber a revista, para não ir parar ao lixo, tinham de se manifestar e inscrever no site, e só assim a receberiam em casa. Isso era o que fariam e por sua vez distribuía por todos os comerciantes jornais para as pessoas lerem. Era o suficiente e poupavam imenso dinheiro e o meio ambiente. -----

----- Relativamente às esplanadas, era uma questão legal e difícil de falar. Não era jurista, mas concordava com o que o Luis disse. Da outra vez falou do *Atalho* e por vezes tinham ali esplanadas, como era o caso, em que se atravessava ali no meio, e depois estava sempre vazia, o que para si ainda era o mais gritante. Atribuía-se um espaço para estar vazio. Não era mais ou menos grave a questão da utilização, mas quando via a má utilização de um espaço, para si, era mais grave e não concordava. -----

----- Havia muitas esplanadas, não era contra os comerciantes, mas também tinham de pensar nas pessoas com mobilidade reduzida. Também gostava de estar numa esplanada, mas se calhar estava na altura de mudar algumas Leis e Regulamentos, que também se mudavam. Era a sua opinião. -----

----- Tinha uma recomendação, que era de 12 de abril, que passou para trás de todas as recomendações do 25 de Abril e do 1º de Maio. Os interesses da Freguesia ficaram para trás e finalmente a iria ler. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- Pedidos de Recomendação e esclarecimentos referentes à freguesia de Alvalade -
----- Exmos Membros da Assembleia de Freguesia de Alvalade -----

----- 1. No dia 19 de outubro de 2023 foi aprovada, em reunião de assembleia da JFA, a recomendação referente ao pedido de realização de reunião pública para discussão dos problemas técnicos inerentes à construção do parque de estacionamento subterrâneo no Largo frei Heitor Pinto e por forma a se ouvir a opinião e palavra de todos os fregueses e demais que coabitam na nossa freguesia, sejam eles moradores, comerciantes ou trabalhadores. -----

----- Assim gostaríamos de reforçar a recomendação em causa, e questionar este executivo sobre quais os desenvolvimentos no que respeita a este projeto e se já foi agendada uma data para a reunião pública. -----

----- 2. No seguimento da temática estacionamento, o MMA tem recebido queixas por parte dos moradores/comerciantes no que respeita: -----

----- À atuação abusiva dos agentes da EMEL, a título de exemplo moradores são autuados às 09.00 da manhã por terem o carro em cima do passeio, (situação que ocorre devido ao deficiente e insuficiente estacionamento); -----

----- À presença da EMEL depois das 23:00, atitude esta que demonstra alguma falta de sensibilidade por parte da EMEL, se não mesmo uma posição de caça a multa. -----

----- Ainda no que respeita. às transversais da. Avenida. da. Igreja, nomeadamente nas ruas José d'Esaguy e rua Acácio Paiva, verificamos que não houve alterações relativamente à questão da alteração de parqueamento exclusivo a moradores para parqueamento partilhado no horário das 09:00 às 19:00. -----

----- Relembramos que estas ruas são porta sim porta sim de comércio e que não se compreende a razão lógica de umas serem exclusivas a moradores e outras em iguais circunstâncias não serem exclusivas de igual forma a moradores. -----

----- Verificamos também que na rua José Duro e nas ruas referidas anteriormente ainda não se procedeu à inversão do estacionamento em marcha atrás. -----

----- Relativamente à alteração da tarifa de parqueamento praticadas pela [MEL, nomeadamente no que diz respeito à alteração para tarifa vermelha das ruas da zona da Av. da Igreja e do Largo Frei Heitor Pinto, questionamos se previamente a esta alteração foram realizados estudos que consubstanciem estas alterações e se posteriormente foram realizadas monitorizações de forma a verificar a eficácia desta medida, ou se poderá assumir que esta alteração foi uma atitude que para beneficiar financeiramente ainda mais os cofres da EMEL e prejudicar os comerciantes. -----

----- O MMA gostaria de questionar este executivo, quais as medidas que pretende tomar perante a atitude abusiva da EMEL, bem como recomendar a conclusão da alteração do estacionamento exclusivo a moradores e reversão do estacionamento em marcha atrás, reforçar a já antiga recomendação de colocação das lombas na avenida D. Rodrigo da Cunha e de uma passadeira na Av. Rio de Janeiro, em frente ao mercado, dado que a justificação da distância entre passadeiras não poderá justificar tudo visto que na Av. da Igreja a distância entre passadeiras é inferior à aqui proposta. -----

----- 3. Mercado Norte de Alvalade, face à avançada e visível degradação deste importante e crucial espaço, o MMA vem solicitar a recomendação da urgente requalificação do Mercado e questionar se existe ou está a decorrer alguma proposta ou projeto referente ao mesmo. -----

----- 4. No que respeita à segurança, é do conhecimento geral que recentemente a nossa freguesia foi alvo de vários casos de assaltos, danos em viaturas, os quais geraram algum sentimento de insegurança no seio dos moradores e de quem nos visita. -----

----- Desta forma o MMA gostaria de recomendar à JFA que esta interceda junto do ministério da administração interna no sentido do reforço policial na nossa freguesia e aproveitamos para questionar o executivo da JFA que medidas e providências já tomou ou estão em vias de tomar. -----

----- Por último questionar quando poderemos ter acesso ao relatório de segurança elaborado pelo Sr. Dr. Francisco Bento. -----

----- 5. Recomendação de reforço junto da CML da premência de execução dos projetos vencedores dos orçamentos participativos, com especial enfoque aos que dizem respeito à nossa freguesia. -----

----- A JFA deve reforçar junto da CML que os projetos não executados têm vários anos, e que o devido à inflação, o valor do metro quadrado nessa altura era metade do que é hoje. -----

----- Assim, o MMA entende que a boa medida de suspender novos projetos do orçamento, participativo, só por si não é suficiente e desta forma à JFA que deve sensibilizar o executivo da CML para haver um reforço financeiro de acordo com o custo atual do metro quadrado para ser exequível a finalização dos projetos em causa. -----

----- Pelo Vogal da Assembleia de Freguesia Nuno Lopes, eleito pelo Movimento de Independentes Mudar Alvalade. -----

----- Lisboa, 12 de abril de 2023” -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação às questões ali colocadas podia subscrever quase todas. -----

----- Sobre o estacionamento, não era por acaso que se tratava de uma medida prevista em quase todos os programas eleitorais. Era do conhecimento geral, que o problema do estacionamento se arrastava há dezenas de anos. Aliás, pessoas envolvidas em pré-projetos com mais de 40 anos, ainda era do tempo do Senhor Engenheiro Krus Abecasis. Qualquer dia seria como o aeroporto, nunca mais se fazia. -----

----- Estava previsto e numa fase muito avançada, e o que a Junta de Freguesia podia fazer era pressionar a Câmara, lembrar que era uma necessidade pública, lembrar que era um compromisso eleitoral também da Câmara Municipal de Lisboa. Isso tinha sido feito e numa última fase já tinham a garantia de avançar. -----

----- Os processos cumpriam determinados procedimentos legais, havia coisas que levavam tempo e não era só construir um parque. Do ponto de vista técnico, correu vários departamentos, incluindo do ambiente, espaços verdes, etc., para se determinar qual era o local mais adequado e que cumprisse minimamente determinados requisitos de vários departamentos de competências técnicas, e também qual a modalidade prevista na CML. -----

----- A última fase, segundo informação do Vice-Presidente, ainda no dia anterior, Doutor Anacoreta Correia, era que as questões que eram colocadas pela direção de património estavam em fase de ultimar. -----

----- Como se fez com o problema dos Coruchéus, quando ardeu, era do domínio público que se fez um inquérito à população concreta, porta a porta. Era a mesma metodologia que iriam utilizar na Avenida da Igreja. Não valia a pena dizer que queriam ouvir as pessoas e depois não fazer nada por isso, ou porem só na internet e quem quisesse respondia. Também podia ser, era legítimo, mas não! Pretendiam chegar às pessoas para que elas tivessem uma oportunidade real de se pronunciarem, efetiva e concreta, e que especialistas, nomeadamente pessoas das universidades com essas cadeiras e competentes nessas matérias, fizessem esses processos de inquérito e a sua análise. -----

----- Era nesse sentido que já estavam a trabalhar, para lançar esse procedimento e metodologia, mas não podiam fazer nada enquanto a Câmara não tomasse uma decisão prévia do que iria fazer. No ar, seria desperdício de dinheiros públicos, porque não havia uma proposta concreta para as pessoas analisarem, para as pessoas se pronunciarem e contribuírem.-----

----- Na questão do estacionamento talvez depois o Vogal Tomás quisesse intervir. Havia já planos da Junta, mas que estavam na análise da Direção Geral de Mobilidade. Compreendia que alguma aplicação de critérios diferentes para situações iguais, se calhar, tinha razão de ser na altura em que foi decidido, mas carecia de fundamento, e os técnicos competentes da direção de mobilidade estavam precisamente a analisar projetos que fossem requalificar toda a zona da Avenida da Igreja e das perpendiculares, zona de comércio que colocava as questões que o Senhor Nuno Lopes colocou e que tinham de ser todas avaliadas, nomeadamente a marcha-atrás ou não.-----

----- Não era técnico competente para decidir e para dizer que tinha a última palavra sobre essa matéria, mas essas questões estavam colocadas a quem tinha competência na matéria, e quando o projeto do parque de estacionamento estivesse já numa fase de decisão da CML, asucultavam-se as pessoas, para que soubessem no que se estavam a pronunciar. Não era no ar, não era sobre uma mera hipótese.-----

----- Era neste sentido que iam fazer, esperando que ainda antes das férias conseguissem lançar o processo de inquérito. Tinha uma reunião já marcada com outro Vereador, mas iria insistir com os serviços do Vereador da mobilidade para resolver esta matéria o mais depressa possível.-----

----- Sobre o Mercado de Alvalade, também era uma preocupação. Já havia uma reunião marcada com o Vereador Diogo Moura, precisamente para debater e resolver estas questões.-----

----- Quanto ao resto, sobre a EMEL não se podia pronunciar já sobre isso. Sobre a revista, quanto a questões ambientais, era uma discussão que levaria muito tempo, papel reciclado, a comparação com outras Freguesias também deixava muito a desejar.-----

----- No âmbito da reunião pedida ao Senhor Vereador Diogo Moura, que além da economia e inovação, tinha também a parte dos orçamentos participativos. Por iniciativa da Junta de Freguesia já foi, num caso particular, à Associação Estrelas de São João de Brito, em visita com o diretor de departamento do desporto.-----

----- Estavam empenhadíssimos, não por qualquer simpatia, mas porque achavam justo e correto. Se havia um orçamento participativo que foi a decisão dos cidadãos para que aquele projeto avançasse, a Câmara decidiu não avançar com novos orçamentos participativos enquanto não resolvesse os do passado, e nessa relação era claro que a alteração das circunstâncias justificava uma alteração, pelo menos, nos valores envolvidos no projeto, mas isso eram os técnicos, que estavam já pressionados pela Junta de Freguesia, para resolver.-----

----- Era um dos pontos da ordem de trabalhos para a reunião que tinha pedido ao Senhor Vereador Diogo Moura o mais urgente possível.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira, para uma interpelação à Mesa.-----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que estava um pouco preocupado porque tinham uma hora para o PAOD e ficara a pensar no que disse o Membro Miguel Henriques. Achava que era uma proposta interessante.-----

----- Na última reunião deixaram propostas por votar e claramente fazia falta uma definição de tempos. Enquanto essa definição não existir, pensava que caberia ao Presidente da Assembleia tentar moderar o debate. O que propunha era que as votações

fossem feitas todas no final com mais ou menos discussão para cada proposta, para que elas pudessem ser votadas, a não ser que alguém as quisesse retirar. -----

----- Da parte da CDU havia três moções e não iria ler integralmente, também como forma de economia de tempo, mas cabia ao Senhor Presidente fazer a gestão possível do tempo. Eram muitas coisas, mas parecia grave no final elas não serem votadas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que faria essa quadratura do círculo. -----

----- O que pedia às pessoas, todos tinham e foi distribuído, se quisessem fazer uma síntese da moção nos pontos principais, evitando ler integralmente os textos que já todos tinham.-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que não iria comentar o conteúdo da intervenção do “Mudar Alvalade”, porque, na verdade, eram questões já trazidas ali anteriormente. O que entendia era, que a intervenção tinha mais a ver com o período da informação escrita do Presidente da Junta, do que propriamente uma proposta, porque não era nada proposto, não havia um aspeto deliberativo no texto da moção. -----

----- Eram perguntas que todos podiam fazer, não tinha nada a opor a isso, mas verdadeiramente não havia nenhuma proposta e, portanto, talvez tivesse mais cabimento fazer isso nesse outro ponto. Concordava com umas coisas, com outras não, mas eram perguntas a ser feitas na informação do Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que também tinha sido a sua primeira impressão, mas depois verificava a palavra “recomendação” em cada um dos números. Na verdade, não era uma recomendação, eram cinco recomendações que tinham ali para votar. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que não tinha estado presente na última Assembleia, não tinha visto a gravação e, portanto, não sabia como acabou por funcionar essa fase do PAOD, mas, pelo menos, na penúltima, fizeram a apresentação de todas as moções e recomendações e a discussão e votação em conjunto. Era uma forma de agilizar a condução dos trabalhos. -----

----- Pedia desculpa, porque o Senhor Presidente já teve oportunidade de responder ao Membro Nuno Lopes, mas sobre as recomendações apresentadas e sobre os temas que estavam à discussão gostaria de deixar claro que, para o PSD, o estacionamento sempre foi um problema sentido não só pelos fregueses, mas também por todos os outros que visitavam diariamente a Freguesia.-----

----- Inclusivamente, no programa eleitoral do PSD era uma das propostas, a construção de um estacionamento, fosse subterrâneo ou em silo, fosse no Largo Frei Heitor Pinto ou na área envolvente do mercado. Sabia que qualquer um desses projetos tinha as suas condicionantes e por esse motivo gostaria de questionar o Executivo, que elucidasse a Assembleia de Freguesia e todos aqueles que os ouviam, sobre as diligências que estavam em curso relativamente a essa proposta que os “Novos Tempos” defenderam em campanha. Saber se efetivamente iriam ter um novo parque de estacionamento e se estaria previsto construir no Largo Frei Heitor Pinto, e aí poderia ser necessária então a audição pública dos moradores daquela zona, ou se tendo em conta as questões ambientais que já foram identificadas, haveria necessidade de alterar a construção desse parque de estacionamento, nomeadamente para a zona do Mercado de Alvalade.-----

----- Por último, gostaria de questionar o Executivo se existia alguma previsão temporal, independentemente do local, de quando efetivamente começaria a obra desse tão afamado parque de estacionamento.-----

----- O MMA também tinha levantado algumas questões relativamente ao alegado abuso por parte da EMEL, da caça à multa. Acompanharam-se as notícias nas últimas semanas e via-se que a Câmara Municipal já tomou medidas, mas a verdade era que até há muito pouco tempo, coisa de dois meses, podia dizer que foi abordado por quatro comerciantes da Avenida da Igreja a pedir maior fiscalização por parte da EMEL e também por moradores. -----

----- Como disse o Membro Nuno Lopes, em relação às esplanadas, a mobilidade era algo que os preocupava, a possibilidade de pessoas conseguirem deslocar-se num passeio e a falta de estacionamento não podia ser desculpa para que as pessoas estacionassem os carros em cima do passeio, qualquer que fosse a hora, fosse às duas da manhã ou durante o dia.-----

----- Se havia multas depois das onze da noite, acabavam por entrar numa discussão quase, se foi primeiro o ovo ou a galinha, quem estaria ali a ser mais abusivo, se era a EMEL, que multava depois das onze da noite, ou se eram os condutores que estacionavam carros em cima dos passeios, fosse à porta de garagens ou à porta de um prédio, onde fosse. -----

----- Relativamente às ruas José d'Esaguy e Acácio Paiva, a questão do estacionamento exclusivo a residentes, tivera conhecimento que a Junta de Freguesia, já em janeiro desse ano, deu parecer positivo a essa alteração, para que essas ruas, transversais da Avenida da Igreja, passassem a ser de estacionamento exclusivo a residentes. Tendo em conta o que viam acontecer noutras Freguesias, após o parecer positivo das respetivas Juntas, mais ou menos num espaço de seis meses acabavam por ser efetivadas as alterações. Portanto, estaria em crer que essa questão estava para ser respondida em breve.-----

----- Em relação aos tarifários da EMEL, que passaram determinadas zonas de Alvalade para zona vermelha, foi uma alteração decorrente de uma decisão da CML em 2020, com o intuito de aumentar a rotatividade dos carros estacionados e diminuir o tempo de estacionamento naquelas zonas, o que, pelo menos na teoria, facilitava o estacionamento de curta duração. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação “**Pedidos de Recomendação e esclarecimentos referentes à freguesia de Alvalade**”, apresentado pelo MMA, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 9 abstenções (PS, CDU e BE)-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Jose Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que gostaria de questionar o Senhor Presidente da Junta sobre a implementação da videovigilância, porque tinha havido um aumento da sensação de insegurança. Ainda nesse dia, a Polícia Judiciária dizia que tinham cerca de 500 violações por trimestre, era o que se sabia, não sabiam o resto. O Porto iniciou a implantação de videovigilância pela cidade, ali não se sabia de nada.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Apresentação de contas à Junta de Freguesia das instituições beneficiárias de verbas e fundos*-----

----- *Na sequência da reunião da comissão eventual para a transparência de riscos de corrupção ocorrida a 16 de fevereiro último, verificámos que existe um valor avultado*-----

de verbas distribuídas por vários tipos de associações culturais, recreativas, desportivas e outras, as quais representam uma percentagem significativa no orçamento da Junta de Freguesia. -----

----- Perante esta realidade, vimos recomendar que todas as associações culturais, recreativas, desportivas e outras que beneficiam da atribuição destas verbas apresentem um relatório sobre a atividade desenvolvida e a devida prestação de contas no final de cada ano fiscal, devidamente assinado pelo seu representante legal. -----

----- Vivemos uma fase muito crítica da economia nacional, assistimos a uma falta de investimento em instituições tradicionais, nomeadamente nas áreas da Saúde, da Educação e da Segurança Social, pelo que a nossa freguesia deve pedir aos beneficiários dos apoios a máxima transparência. -----

----- Em nome do partido CHEGA e dos Alvaladenses, agradecemos o melhor seguimento à nossa recomendação. -----

----- 19 de Junho de 2023 -----

----- O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de Alvalade, José Augusto Vaz ----- ”

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

---- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que os relatórios de contas e atividades já eram uma obrigação legal, não era preciso fazer uma recomendação à Assembleia de Freguesia para se cumprir a Lei. O que era preciso era exigir que se cumprisse a Lei. Se houvesse casos que não estavam a ser feitos corretamente tinha de se exigir que fossem. Este tipo de recomendação não tinha efeito, e não era sério recomendar algo que na verdade já era obrigatório. Portanto, não podiam acompanhar esta moção.-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

---- **Membro José Ferreira (PS)** disse que, no seguimento da posição da CDU, já estava previsto no Regulamento de Apoios da Freguesia de Alvalade que, quem era apoiado, apresentasse contas sobre o apoio e sobre a própria instituição. -----

---- Na verdade, estava-se a enunciar, demagógicamente, um problema que não existia, uma vez que já estava resolvido. Não era por ignorância, e tinha referido isso na comissão de transparência, mas era tentar criar um problema, que verdadeiramente já estava resolvido e não fazia muito sentido. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

---- **Membro José Vaz (Chega)** disse que não era uma questão da prestação de contas, porque de facto elas foram apresentadas. O que não estava correto, e foi alvo até de uma discussão demasiado acesa, era a questão das assinaturas que, tanto quanto percebia, era tipo carimbo e devia haver assinaturas de forma correta. -----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Apresentação de contas à Junta de Freguesia das instituições beneficiárias de verbas e fundos”**, apresentada pelo Chega, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 9 abstenções (PS, CDU e BE)-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

---- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

Moção

“-----Melhorias necessárias no Bairro São João de Brito-----

----- A CDU visitou recentemente o Bairro São de Brito. Nesta visita, onde estivemos acompanhados por alguns dos que ali residem e por membros da Associação de

moradores, pudemos constatar a grande transformação que sofreu - fruto da nossa intervenção nos vários órgãos municipais, mas principalmente da persistência e da luta dos próprios moradores. -----

----- Valorizamos, naturalmente, tudo o que foi conseguido, mas existem ainda muitas questões que não estão inteiramente resolvidas, muitas delas já colocadas directamente pelos moradores, mas até agora sem resposta.-----

----- O processo de regularização do bairro cria a necessidade não só de efetuar melhorias dentro do bairro, mas também de cuidar de uma mais harmoniosa e plena inserção do mesmo na sua envolvente. Como exemplo, temos a ligação do Bairro ao serviço da Carris – os autocarros não entram dentro do bairro. Era necessário que a Carreira de bairro 46B tivesse uma paragem no bairro, bem como fosse criada uma nova paragem na Avenida do Brasil, próximo das escadas e/ou da rampa de acesso ao Bairro. -----

----- Existem atualmente inúmeros lotes de terrenos municipais sem qualquer utilidade, situação esta que potencia a proliferação de matos, incluindo junto a outras casas, comportando riscos de incêndios e de atração de pragas. -----

----- Depois da requalificação, existem vários arruamentos que são tão estreitos, que impossibilitam o cruzamento de dois carros em simultâneo. -----

----- Existem muitas áreas no bairro em que as pessoas se queixam de défice de iluminação. Locais onde a localização dos caixotes do lixo condiciona/impossibilita a mobilidade dos peões, carrinhos de bebé e de pessoas como mobilidade reduzida. -----

----- Ao nível dos acessos, temos alguns exemplos como a Rua da Fonte para a rotunda do relógio – a passagem que existia antes, que permitia que os moradores pudessem aceder aos transportes junto à rotunda, deixou de existir, tendo este que realizar um percurso muito maior. -----

----- Coloca-se igualmente a questão de acesso desta zona do Bairro à Avenida do Brasil, que foi suprimido com a retirada das escadas que existiam para o efeito. Também a reabertura da rua/via junto ao muro do Râguebi de São Miguel (que vai até ao fundo dos estaleiros) é uma aspiração dos moradores por forma a melhorar as condições de mobilidade no bairro. -----

----- Em muitas zonas do Bairro – dando como exemplo a Rua das Mimosas, foi construído um passeio num dos lados da rua, mas no outro lado nascem matagais muito altos, sem qualquer ajardinamento. Também ao fundo desta rua, onde existiam hortas nos terrenos junto à área de serviço da segunda circular, atualmente estão ao abandono, com matagais. É importante garantir a existência de espaços verdes e de lazer, dignos e com a devida manutenção. -----

----- É necessário também instalar eco ilhas. Nesta visita, os moradores identificaram terrenos que podiam ser utilizados para este efeito. -----

----- Consideramos ainda a necessidade de instalação de um equipamento que permita a confraternização entre os habitantes do bairro, como já existiu e é vontade da população. -----

----- Haveria muitas mais questões para colocar, para podermos ir, de facto, ao encontro das expectativas de todos os seus moradores.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão pública, no dia 21 de Junho de 2023, delibera instar a Câmara Municipal de Lisboa a resolver estas, e outras questões, que são melhorias muito importantes e que podem fazer toda a diferença na vida de todos os que residem no Bairro São João de Brito. -----

----- Lisboa, 21 de Abril de 2023 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“-----*Realização de obras urgentes na Escola Básica Eugénio dos Santos*-----
----- *Criada em Agosto de 1948, com o nome de Escola Técnica Elementar de Eugénio dos Santos foi a primeira escola técnica a ser construída em todo o país no âmbito da Reforma do Ensino Técnico de 1947/1948, entre as 18 Escolas do Ensino Técnico Elementar promovidas pelo Decreto de 2 de Julho de 1949, n.º 30.406. É o primeiro estabelecimento escolar não primário a ser concebido no bairro de Alvalade, a sua edificação, iniciada a 2 de Julho de 1949, seria concluída em tempo recorde - decorridos 18 meses - a 15 de Novembro de 1950, e inaugurada de seguida a 6 de Janeiro de 1951.*-----

----- *No ano de 1968 passou a designar-se Escola Preparatória de Eugénio dos Santos tendo em 1993 integrado também alunos do 3.º Ciclo. No ano letivo de 2004/05 constituiu-se o Agrupamento de Escolas Eugénio dos Santos, que integrou a EB1 Santo António, EB 1 Bairro de São Miguel, EB1 Fernando Pessoa, EB 1 Hospital Dona Estefânia e EB23 Eugénio dos Santos. Em 2012/13 este agrupamento passou a incluir a Escola Secundária Rainha Dona Leonor, cuja patrona acabaria por dar o nome ao novo agrupamento.* -----

----- *De acordo com um estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) elaborado em Setembro de 2021, a Escola Eugénio dos Santos, frequentada diariamente por mais de oito centenas de alunos, respetivo corpo docente e funcionários, integra um grupo de estabelecimentos escolares que carece de obras de conservação e requalificação urgentes. Há cerca de um ano (7/6/2022), a CML anunciou ter identificado quais as escolas prioritárias para intervenção, através da publicação de uma lista onde consta esta escola, desconhecendo-se, até ao momento, qualquer planificação ou prazos para as executar.*-----

----- *Neste contexto, no passado dia 29 de Março e no seguimento do pedido de um dos encarregados de educação, os Serviços de Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa deslocaram-se à escola, tendo efetuado uma vistoria técnica, cujo relatório foi depois divulgado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Eugénio dos Santos (APEPES) e remetido à própria coordenação da escola e a direção do Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor.*-----

----- *Desse relatório constam conclusões que se reportam ao estado geral do edifício, com a indicação da necessidade de obras de conservação mais urgentes, de que se destacam a existência de vigas em madeira apodrecidas e deformadas na cobertura, infiltrações em salas de aula nos pisos inferiores, com maior incidência na ala Norte, no segundo piso de soalho pontualmente apodrecido, com manchas de humidade, assim como nas infraestruturas informáticas, ser visível no exterior a existência pontual de telhas soltas e de vegetação ao longo do beirado e coberturas, o que dificulta o escoamento das águas da chuva.*-----

----- *Recorde-se que, no âmbito de um acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (AMNP), o Governo havia anunciado a criação de um pacote financeiro designado “Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas”, destinado a cobrir 100% dos projetos e obras identificados como prioritários, sendo que o acesso a esse financiamento será realizado mediante candidatura dos municípios, o que ainda não terá sucedido.*-----

----- *Apesar de ao abrigo do Acordo Sectorial para a Descentralização na Educação, o executivo municipal ter assumido “o compromisso de (...) recuperar/reabilitar/ampliar*

um conjunto de escolas dos 2º e 3º ciclos e escolas secundárias, cuja propriedade passou para os municípios e identificadas como necessitando de intervenção prioritária”, a autarquia terá optado por remeter a responsabilidade da realização das obras para o Ministério da Educação.-----

----- *Considerando ser preocupante que em qualquer escola persistam condições que possam colocar em causa a segurança e a saúde de toda a comunidade escolar, sem que se vislumbre qualquer projeto de intervenção, quando esta escola, em particular, carece do planeamento e agendamento de uma intervenção urgente.*-----

----- *Neste sentido, a Assembleia de freguesia de Alvalade delibera, na sequência da presente proposta recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que:*-----

----- *Promova todos os esforços necessários com o objetivo de dar primazia à concretização no imediato das obras consideradas mais urgentes para a reabilitação e conservação do edificado da Escola Básica Eugénio dos Santos.*-----

----- *Estabeleça os contactos indispensáveis com a Direção do Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor e a Associação de Pais (APEPES) no sentido do acompanhamento do levantamento das prioridades e das obras a encetar.*-----

----- *Proceda ao envio à AML da informação que se considere pertinente, para a devida monitorização pela Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, sobre as diligências tomadas e a calendarização prevista para a realização das obras.*-----

----- *Mais delibera:*-----

----- *Enviar a presente recomendação ao Ministério da Educação, à Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Dgeste), à Direcção do Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor, à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Eugénio dos Santos (APEPES), à CML e todos os seus vereadores.*-----

----- *Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade*----- ”

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que a última recomendação era muito útil. Acrescentaria a existência de financiamento no PRR, tendo apenas a Câmara Municipal que concorrer ao financiamento até dia 30 de junho. Portanto, se esta moção fosse aprovada, haveria urgência na remessa da mesma para a Câmara Municipal, vendo se, até 30 de junho, podia concorrer às verbas do PRR e encontrar financiamento para as obras.-----

----- Isto, em vez de tentar desresponsabilizar a Câmara Municipal, era isto que Carlos Moedas tinha tentado, de uma intervenção que a Câmara podia fazer, como já se fez no passado nas escolas básicas, cinco já com intervenção de reabilitação e uma que estava em processo de reabilitação, com o projeto e todo o procedimento decidido no mandato anterior. Iriam votar favoravelmente.-----

----- Quanto às melhorias no Bairro São João de Brito, foi realizado graças à ação concreta do Partido Socialista, fosse ao nível da Freguesia ou do Município. O processo de reabilitação dessa zona da Freguesia foi iniciado pela Junta de Freguesia em mandatos anteriores, com a requalificação do complexo desportivo municipal São João de Brito, seguindo-se o loteamento de iniciativa municipal e a intervenção em espaço público.-----

----- Havia ruas com sistema de coexistência, situação gerada pela circunstância das construções, era uma pré-existência e foram respeitadas essas construções. Por vezes as pessoas podiam não compreender exatamente o que era uma zona de coexistência e talvez alguma pedagogia pudesse ajudar.-----

----- Era sempre possível melhorar e adicionar valências ao espaço público do bairro. Para além do que era referido pela CDU, havia que acrescentar, nos espaços verdes de enquadramento devia haver intervenção. Era isso que estava previsto para uma segunda fase, depois de terminar o loteamento. O Executivo poderia ter inscrito essa intervenção no CDC que iriam discutir mais à frente, mas não foi inscrito. Eram opções políticas. ---

----- Iriam votar favoravelmente. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que parecia estarem a ver quem levava o Bairro São João de Brito mais ao colo. -----

----- Queria dar os parabéns à Junta de Freguesia e também à Câmara Municipal, porque também tinha estado no Bairro São João de Brito. Estavam em contacto com a associação de moradores e com os próprios moradores. As diferenças no bairro eram visíveis. -----

----- Relativamente às obras que estavam em curso, a gestão do bairro ainda não passou para a competência da Junta de Freguesia e isso, apenas, por uma questão de estratégia contratual. A partir do momento em que as obras e os contratos estavam em curso, ainda decorriam prazos para o exercício de garantias por parte da Câmara Municipal e, portanto, não fazia sentido prescindir-se dessas garantias, em caso de necessidade. -----

----- Apesar da Junta de Freguesia ainda não ter competência própria para tratar de tudo o que eram desmatações, etc, tinha-o feito. Inclusivamente, constava na moção a questão da necessidade de desmatar alguns dos lotes. -----

----- Foi dito também que não existia projeto sequer, para que serviriam esses lotes, mas cerca de um ano atrás, numa visita com a Vereadora da Câmara, ela disse que aqueles lotes efetivamente eram para habitação, tendo em conta a necessidade de habitação em Lisboa. Existia um fim para esses lotes. -----

----- A Junta de Freguesia efetivamente ainda não tinha competência, mas acabou por fazer um investimento superior a cinco mil euros para avançar com a desmatção desses mesmos lotes e tornar o bairro não só mais limpo, mas mais agradável à vista. -----

----- Relativamente às ruas estreitas do bairro, às situações em que os passeios eram efetivamente estreitos, havia duas coisas que tinham de perceber. Efetivamente, foi um projeto que levou vários anos a avançar e que foi desenhado sob a gestão socialista, mas depois, também tinham que trabalhar com aquilo que existia. -----

----- Havia situações identificadas e que seriam corrigidas, havia coisas que podiam corrigir, mas havia outras que, por mais boa vontade que tivessem, não se podia fazer nada. A partir do momento em que o bairro foi construído, nas condições que sabiam, como essas construções se verificaram, a partir do momento em que as ruas já lá estavam e o trabalho era apenas alcatroar, construir passeios, etc., não podiam eliminar as casas e alargar as ruas. Se as ruas eram estreitas, na altura em que as casas foram construídas as ruas já eram. Podiam ter mais alguma largura, porque não tinham passeios, mas houve escolhas que tiveram que ser feitas. -----

----- Queria deixar os parabéns também à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, porque finalmente a Rua das Mimosas estava regularizada. Acompanhava essas pessoas já há alguns anos e sempre se sentiram o parente pobre do Bairro São João de Brito, por terem sido excluídas do processo de regularização do bairro. Era uma rua que estava incluída naquele bairro, viram todo o bairro a ser reabilitado e foram excluídos dessa reabilitação, por várias condicionantes, fosse pelo ruído da Segunda Circular ou pelos pareceres negativos que iam recebendo de diversos organismos públicos, fosse pela falta de resposta, também de outros organismos. -----

----- A verdade era que, neste momento, a Rua das Mimosas já estava incluída no PDM, essa alteração foi aprovada em reunião de Câmara Municipal e também pela Assembleia Municipal de Lisboa, sendo que para avançar com as escrituras desses imóveis já só faltava mesmo a constituição de loteamento por parte da CML. Tratava-se de uma questão administrativa e acreditava-se que de fácil resolução, porque a partir do momento em que a Câmara e Carlos Moedas conseguiram resolver este problema, que se arrastava com quase 50 anos, não havia de ser por uma questão de loteamento que as pessoas não iriam fazer as escrituras, a breve trecho.-----

----- Gostaria de questionar o Executivo sobre o ponto de situação das escrituras dos imóveis. Tinha registo que, no início do mandato, as escrituras a outorgar rondariam as cem e gostaria de saber, atualmente, se a Junta de Freguesia tinha informação sobre o número de escrituras que estavam em falta.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que estas perguntas seriam respondidas no próximo ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Melhorias necessárias no Bairro São João de Brito”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Realização de obras urgentes na Escola Básica Eugénio dos Santos”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano.-----

----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** apresentou os seguintes documentos:-----

-----**Moção**-----

“----- *Operacionalidade dos hospitais em caso de sismo*-----

----- *Portugal tem um território de particular risco sísmico, nomeadamente a Sul de Portugal continental e nos Açores, onde ocorreram sismos recentes. É de conhecimento geral a recorrência dessa atividade sísmica, tornando-se imperativo olhar para a vulnerabilidade da Cidade de Lisboa nessa matéria e refletir no seu planeamento e operacionalidade.*-----

----- *A nossa cidade já sofreu inúmeras alterações de edificação devido aos diversos sismos que assolaram a capital, cujo exemplo máximo ocorreu no pós-Terramoto de 1755.*-----

----- *Não restam então dúvidas para a possibilidade de voltar a ocorrer um sismo com forte potencial destrutivo em Portugal, e mais concretamente, em Lisboa.*-----

----- *Quando isso ocorrer, é importante:*-----

----- *i) minimizar o número de vítimas, prevenindo o colapso de edifícios;*-----

----- *ii) minimizar os danos económicos, diminuindo os efeitos nos edifícios, que significarão a diminuição de custos de reparação;*-----

----- *iii) garantir a operacionalidade das principais infraestruturas, nomeadamente as estratégicas e de Proteção Civil, como hospitais e escolas.*-----

----- *A garantia de continuidade de operação nos hospitais após um sismo intenso é de crucial importância, para assegurar uma melhor resposta à catástrofe.*-----

----- *As tecnologias correntes de projeto e construção, nomeadamente o Eurocódigo 8, de aplicação obrigatória desde 2022, obrigam a que no cálculo de edifícios em zonas sísmicas, como em Lisboa, se garanta o não colapso do imóvel (objetivo i) e a limitação de danos estruturais, nas paredes ou em outros elementos, em caso de abalos sísmicos intensos (objetivo ii). Estas normas e a aplicação destas tecnologias, não evitando a vibração dos edifícios não garantem que se consiga impedir danos em alguns*

equipamentos, nomeadamente médicos, como os de análise ou de diagnóstico, mantendo-se um potencial risco. -----

----- O anterior regulamento português para projeto de edifícios, em vigor até 2022, obrigava apenas ao objetivo i, não prevendo medidas para atingir os objetivos ii e iii. --

----- Considerando que os hospitais da região de Lisboa, na sua maioria foram construídos ao abrigo do regulamento anterior ao Eurocódigo 8, a sua construção não abrange estas metas, como tal a probabilidade de virem a ficar inoperacionais após um sismo intenso é elevada.-----

----- A única tecnologia que pode garantir os 3 objetivos atrás referidos, incluindo a manutenção dos hospitais em funcionamento, é o isolamento de base, pois com um projeto adequado reduz-se as acelerações que o sismo comunica às fundações dos edifícios e, dessa forma, limita as acelerações em toda a altura dos imóveis.-----

----- Acresce que a variação de custo de construção utilizando o sistema de isolamento de base é reduzida em edifícios novos (sendo bastante plausível haver aumentos de custo de investimento que podem apenas variar entre 1% e 3%).-----

----- Em 2020 foram revistas as especificações “ET 06/2007 – Especificações técnicas para o comportamento sísmo-resistente de edifícios hospitalares”, que referem explicitamente a adequação desta tecnologia para assegurar a funcionalidade de unidades de saúde após a ocorrência de sismos intensos:-----

----- “Entendendo que a solução estrutural de isolamento sísmico ou de base é potencialmente aquela que assegura um maior controle do comportamento sísmico do edifício, quer em termos dos requisitos de segurança contra o colapso quer em termos dos requisitos de segurança correspondentes à limitação de danos”, lê-se no documento. -----

----- Neste sentido, vem o Partido Social-Democrata propor que a Assembleia de Freguesia de Alvalade delibere: -----

----- 1. Propor ao Governo, que altere o projeto dos hospitais cuja construção ainda não começou, em particular o Hospital de Todos os Santos, a construir em Chelas, que seria indispensável ao tratamento dos doentes e feridos da região de Lisboa após um sismo intenso, de forma a incluir o sistema de isolamento de base; -----

----- Mais delibera: -----

----- 2. Que da presente Moção seja dado conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ao Ministro da Saúde e ao Presidente da República. -----

----- Lisboa, 19 de junho de 2023----- ”

----- **Recomendação** -----

“-----Revisionismo Literário-----

----- A literatura é uma forma essencial de arte e expressão, fundamental para o desenvolvimento individual e social. É o veículo primordial na transmissão de conhecimento, um instrumento de cultura e um repositório de ideias. Cada obra expressa a visão individual do autor num determinado contexto de valores sociais, culturais, políticos e científicos. -----

----- Apesar de não ser absoluta, a liberdade de expressão é um direito indissociável da Democracia, protegido pela Constituição, nomeadamente no seu artigo 34º. É, dos primeiros direitos suprimidos no processo de instauração de um regime autoritário. ----

----- Nunca é demais lembrar como em Portugal, durante a ditadura salazarista, os textos a publicar eram sujeitos a serem sublinhados pelo lápis azul, símbolo da censura e do salazarismo, um espartilho imposto para proteger o regime na sua fragilidade intelectual e social. -----

----- Recentemente, por esse mundo fora, mas também em Portugal, temos vindo a assistir a um processo de revisão das obras literárias, com o objetivo de garantir a

*compatibilidade do conteúdo e do vocabulário com os mais diversos valores morais ou visões específicas da sociedade e dos indivíduos, sob pena de boicote e cancelamento. -
----- Entende-se que as obras não podem ser suscetíveis de ofender ou contrariar determinadas convicções.-----*

----- Livros que acompanharam e inspiraram gerações, têm sido objeto de rigoroso escrutínio das diversas polícias da moralidade, numa incessante busca de opiniões corruptoras ou linguagem considerada ofensiva, tornando-se assim em risco de serem sistematicamente mutiladas com vista à sua adequação e normalização.-----

----- Tantas vezes ao longo da história, a ignorância e o fundamentalismo dirigiram a raiva e o poder destrutivo da turba contra as obras literárias. As fogueiras da inquisição, as fogueiras das vaidades, ou as queimas de livros na Alemanha Nazi são registos da única forma que o fundamentalismo conhece para lidar com os seus maiores adversários, a educação, a cultura, as ideias, a curiosidade e a própria perceção da história e natureza humana, é que inspiram a liberdade.-----

----- Há muito que as fogueiras de Torquemada e Savonarola se apagaram, mas a história repete-se e quando as gerações se esquecem, correm o risco de permitir que os mais variados lápis azuis regressem, pelas mãos das diversas ditaduras da normalidade.-----

----- Em Inglaterra, bibliotecas públicas retiraram de acesso público as obras de Enid Blyton, até que estejam disponíveis novas edições alteradas, por conterem linguagem considerada ofensiva. Os livros desta autora acompanharam e contribuíram para a formação de gerações sucessivas de jovens. Nos Estados Unidos da América, foram retirados livros de bibliotecas escolares por serem considerados pornográficos, exclusivamente por serem de autores ou temáticas LGBT ou de minorias étnicas.-----

----- A limitação do acesso e a alteração de obras literárias para que melhor se enquadrem nos padrões sociais de um dado momento é um exercício de arrogância, cegueira ideológica, espartilho intelectual e um atentado à diversidade. Os valores e direitos democráticos fundamentais, como a liberdade de expressão, não podem estar sujeitos aos caprichos de maiorias políticas nem de qualquer doutrina ou teoria social.

----- É fulcral que reiterar-se o compromisso com os valores da Democracia, da tolerância, do respeito e da pluralidade, sublinhando a importância da literatura na construção na identidade cultural dos povos e dos cidadãos.-----

----- Neste sentido, vem o Partido Social-Democrata propor que a Assembleia de Freguesia de Alvalade delibere:-----

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa que assuma a defesa e o respeito pelo direito fundamental à liberdade de expressão, um compromisso intransigente com a preservação do património literário, e a rejeição de quaisquer eventuais comportamentos censórios nas bibliotecas municipais de Lisboa;-----

----- Lisboa, 19 de junho de 2023-----”

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira.-----

*----- **Membro Frederico Lira (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----*

*-----**Moção**-----*

“----- É urgente minimizar os constrangimentos nos Transportes Públicos -----

----- Considerando que o Metropolitano de Lisboa tem em curso um conjunto de obras de expansão da sua rede, nomeadamente as relativas à implementação da Linha Circular e da Linha Vermelha, a que se somam as intervenções necessárias ao sistema de modernização dos seus sistemas de sinalização de via. -----

----- Considerando que, na sequência dessas intervenções, são provocados graves constrangimentos quer aos utentes do serviço regular da rede Metro, quer aos lisboetas

que circulam em diversas artérias afetadas por cortes de estrada, por ruídos, por poeiras, por circulação de trânsito pesado, etc.-----

----- Sabendo-se que a obra que neste momento está em curso no Metropolitano de Lisboa, e que tanto afeta os utentes do serviço público de transporte, resulta de uma opção errada pela criação de uma linha circular, que desde a primeira hora a CDU denunciou e criticou, e que estando a sua execução a criar hoje todos estes problemas, criará outros quando a mesma estiver em funcionamento, dificultando a mobilidade e o acesso à cidade, em particular, dos utentes do Metro que venham dos concelhos de Loures e Odivelas e das freguesias do Lumiar e Santa Clara.-----

----- Tendo presente as recentes declarações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar que, na sequência de uma reunião onde terá estado com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Sr. Ministro do Ambiente, Ministério que tutela o Metropolitano de Lisboa, afirma que o Governo admite a possibilidade de alterar a obra da linha circular já em execução, transformando-a em linha em laço. O que a acontecer, naturalmente por pressão das populações, dos trabalhadores e das autarquias locais, só reforça o que a CDU há muito vinha dizendo e exigindo.-----

----- Considerando, contudo que a obra da alteração dos viadutos do Campo Grande que visam a concretização da linha circular contínua em execução e que do que se percebe, esta obra do Metropolitano de Lisboa revela que a mesma se iniciou sem qualquer articulação entre o Metropolitano de Lisboa e outras entidades, desde logo com a CML, interlocutor indispensável para uma planificação atempada das medidas de mitigação dos impactos da obra na mobilidade dos utentes.-----

----- Sendo perceptível que se verificou uma inexplicável ausência de planeamento atempado que previsse as consequências, impactos e medidas que esta obra acarreta, nomeadamente:-----

----- Suspensão da ligação entre Telheiras e Campo Grande (Linha Verde) e entre Campo Grande e Cidade Universitária (Linha Amarela);-----

----- Redução da oferta de comboios de 6 para 3 carruagens na Linha Verde e entre Odivelas e Campo Grande.-----

----- Sabendo-se que as alterações implementadas desde o passado dia 2 de maio têm sido geradoras de caos e insegurança, com os utentes a aglomerarem-se nos cais das estações e com as carruagens completamente cheias, não tendo sido possíveis de resolver com as soluções de reforço do serviço da Carris anunciadas pela CML, sendo que nalguns casos até se revelaram contraproducentes.-----

----- Sendo inquestionável a responsabilidade do Metropolitano, dado o impacto que esta situação tem na mobilidade da cidade, designadamente, em pontos nucleares do sistema urbano de transporte, virando do avesso as rotinas de deslocação de milhares de residentes e de trabalhadores na cidade, perturbando profundamente os fluxos de deslocação com os concelhos vizinhos, não pode, contudo, a CML nem as restantes autarquias ficarem à margem das soluções para este problema que carece de uma solução urgente.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão pública, no dia 21 de Junho de 2023, delibera instar o Governo e o Metropolitano de Lisboa a adotarem medidas efetivas que minimizem os impactos resultantes dos constrangimentos nos Transportes Públicos em Lisboa, em particular os decorrentes das obras no Metro no Campo Grande, nomeadamente através de:-----

----- A. Aplicação de soluções técnicas já utilizadas noutras obras desta dimensão, entre as quais a criação de um cais provisório na estação do Campo Grande, aumentando as condições de segurança e possibilitando uma maior fluidez nas entradas e saídas dos comboios da Linha Verde;-----

----- B. Reforço da informação e apoio aos utentes nos locais afetados, assim como nas circulações confluentes; -----

----- C. Implementação diária de autocarros específicos entre os troços interrompidos, todos os dias da semana e no horário completo do funcionamento do Metro das 06:30h às 01:00h e com a criação de circuitos complementares aos circuitos existentes, nomeadamente entre Telheiras, Campo Grande, Cidade Universitária e Entre Campos e entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço, a exemplo das soluções encontradas pela TML/Carris Metropolitana para a ligação entre o Cais do Sodré e Algés, aquando do encerramento da linha da CP; -----

----- D. Garantia de uma efetiva articulação entre as diversas entidades – CML, Metropolitano de Lisboa e CP, TML – sobre a planificação das obras na cidade bem como as soluções alternativas de transporte público, de forma a minimizar os impactos na mobilidade na cidade. -----

----- Lisboa, 21 de Abril de 2023 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o CDS pedia a não admissão da proposta do PS. Não pelo seu conteúdo, mas porque receberam essa proposta às 9:40 da manhã no dia da própria Assembleia. -----

----- Relembrava, por exemplo, o caso do voto de saudação do centenário do Professor Adriano Moreira, em que o próprio PS votou contra isso, por uma situação idêntica. ----

----- Nada tinha a ver com a saudação em si, até porque era uma saudação contra a discriminação e era apenas para não haver uma situação de discriminação do CDS em relação ao PS nas mesmas situações.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que de facto era assim, ela foi apresentada poucas horas atrás, mas a Mesa admitiu. Se quisessem fazer um recurso para a Assembleia estavam no seu direito, mas a Mesa admitiu. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** referiu que o prazo que importava não era quando fosse distribuída aos Membros da Assembleia e sim quando chegava à Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que ela chegou aos Membros um minuto depois de chegar à Junta de Freguesia. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro David Pinto. -----

----- **Membro David Pinto (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- Este ano celebram-se os 54 anos da revolta de Stonewall, que ocorreu nos Estado Unidos, nomeadamente num clube de diversão noturna, o Stonewall Inn, que acolhia abertamente pessoas LGBT, nessa noite a polícia entrou uma vez mais violentamente de forma a reprimir a liberdade sexual das pessoas que ali se encontravam, mas houve algo diferente nessa noite, as pessoas resolveram resistir e reagir à força policial. Nos anos seguintes multiplicaram-se por todo o mundo as marchas de homenagem à revolta de Stonewall, mas também de luta pelos direitos de pessoas LGBT, acabando por tornar o mês de junho o mês internacionalmente conhecido por mês do orgulho LGBT.

----- Se em 1969 o mundo despertou para a realidade da discriminação de pessoas LGBT, em Portugal este despertar só ocorreu no ano de 1982 com a despenalização da homossexualidade do código penal e apenas em 2004 a constituição da república

portuguesa passa a contemplar a igualdade perante a lei independentemente da sua orientação sexual, mais tarde foi permitido a pessoas LGBT: o acesso ao casamento e à adoção, o direito à autodeterminação de género e a proibição da discriminação. -----

----- Este ano realizou-se a 24ª marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa, podemos afirmar que Portugal teve uma evolução rápida, não indolor, mas rápida no que aos direitos LGBTI+ diz respeito, mas ainda há muito por fazer mais de 50% dos cidadãos trans já pensaram em suicídio, quer seja por rejeição por parte das suas famílias, quer seja pelo destrato que sofrem de terceiros por serem trans, cidadãos estes que têm tantos deveres como todos os outros, mas quando procuram exercer também os seus direitos se vêem diminuídos quer seja no acesso ao emprego, quer seja no acesso à saúde ou até mesmo no acesso a um ensino de qualidade, sim porque nenhum jovem consegue usufruir de um ensino de qualidade vivendo reprimido, sendo urgente e premente a disponibilização de consultas de psicologia tanto nas instituições de ensino como noutras instituições públicas para o acompanhamento destes jovens, não é um capricho, é salvar vida, porque se para uma situação a vida é um valor a ser preservado nesta situação em concreto também o deve ser. -----

----- Se na legislação houve avanços rápidos, na sociedade não podemos afirmar com tanta confiança esses avanços, no passado dia 15, na cidade Évora uma exposição de carácter histórico relativa ao movimento LGBTI+ foi vandalizada e um funcionário do estado português agredido, em Lisboa uma empresária trans viu o seu estabelecimento vandalizado com mensagens transfóbicas e injuriosas, mas viu também a sua integridade física colocada em causa sob a forma de ameaças. -----

----- Enquanto houver atos de ódio, discriminação no acesso ao emprego, aos direitos de saúde ou a habitação, motivados pela orientação sexual, género ou questões raciais não está garantida a igualdade e a democracia. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade reunida no dia 21 de junho delibera: -----

----- 1. Saudar a 24.ª Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa e todas as pessoas e organizações que contribuíram para esta iniciativa; -----

----- 2. Remeter o presente documento para a organização da Marcha do Orgulho de Lisboa. -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista ----- ”

----- Continuando, informou que o voto seguiu com algumas gralhas, mas fariam chegar a versão corrigida. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que, numa troca de mensagens, o BE informou que adia a sua moção para a próxima Assembleia. Só por isso não estava a ser votada. -----

----- Pensava que a melhor forma seria passarem de imediato à votação e falariam no próximo ponto da ordem de trabalhos. Se no final das votações quisessem fazer uma declaração de voto, obviamente que aí daria a palavra. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Operacionalidade dos hospitais em caso de sismo”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Revisionismo literário”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, IL, MMA e Chega) e 3 abstenções (CDU e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Moção “É urgente minimizar os constrangimentos nos Transportes Públicos**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “À 24ª Marcha de Orgulho LGBTI+ de Lisboa”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, CDU, BE e IL), 1 voto contra (Chega) e 1 abstenção (MMA)-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira, para uma declaração de voto. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Tinha uma proposta, de instar o PSD, sem pôr em causa os termos da proposta que apresentou, mas tendo em conta que a Junta de Freguesia de Alvalade gere uma biblioteca, seria interessante que fosse incluída também nesta moção e não apenas a Câmara Municipal, com as bibliotecas municipais.* -----

----- *Era esse o desafio que tinha para fazer, mas prejudicado pela falta de debate, não se pôde acrescentar, penso que faria sentido nos termos do que foi proposto.* -----

----- *Quanto à moção da CDU sobre os impactos da rede de transportes, referir que a operação da linha, em forma circular ou em laço, ou algo entre essas duas opções, não está relacionado com a obra, pois a solução técnica permite qualquer opção e bem. Cabe sim à operação quotidiana adequar a oferta de transportes às atividades concretas.* -----

----- *A obra que está a ser feita permite operar em laço, operar em circular, ou de manhã em laço e à tarde circular, etc., qualquer combinação.”* -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz, para uma declaração de voto. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Eu apenas me queria referir à questão da marcha gay e à questão da violência exercida.* -----

----- *Eu respeito muito as tendências sexuais de cada pessoa, respeito que, dentro de casa, não me diz respeito o que é que eles fazem ou o que eles são, mas eu queria pedir, já agora, se para o próximo ano, em vez de fazerem numa igreja a exposição, podiam fazer dentro de uma mesquita.”*-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo, para uma declaração de voto. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Apenas para dizer que, como se constatou, não tinha nada a ver com o próprio voto de saudação, mas com uma situação discriminatória em relação ao CDS, que também a proposta tinha sido admitida em Mesa e assim foi. Considero que o CDS foi discriminado.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, por vezes, quanto mais amigos, mais discriminados eram. Além disso, tinha a total confiança que o Professor Adriano Moreira iria fazer 101 anos. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que havia uma lacuna no Regimento que criava este tipo de situações. Segundo o Regimento, podiam enviar propostas até 24 horas antes da Assembleia, até às 21:00 do dia anterior, mas a essa hora não estava ninguém na Junta. Não sabia a que horas o PS enviou a moção, mas se enviaram até às 20:59 do dia anterior, infelizmente só se recebeu de manhã e aí concordava, era pouco tempo para debater. -----

----- A solução poderia ser corrigirem o Regimento e exigir que o envio das propostas fosse até ao meio-dia do dia útil anterior, para dar tempo aos serviços de enviarem e conseguir-se receber na véspera.-----

----- Não sabia se foi assim, o PS ou o Senhor Presidente poderiam confirmar. Não tinha a certeza do que aconteceu da outra vez, pensava que teriam enviado já depois dessa data. Se o PS enviou depois das 21:00 havia toda a razão, senão, já tinha mais dúvidas. -

----- Fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Sobre a moção do PSD e do revisionismo literário, só explicar aqui a abstenção da CDU. Isto parece um cenário distópico, poque pelo que saibamos atualmente não está a haver revisionismo literário nas bibliotecas da Câmara de Lisboa. -----*

----- *Isto é um documento num suposto cenário e, portanto, parece-nos uma coisa assim um bocadinho forçada colocar aqui porque não nos parece que seja um problema que esteja a acontecer. Mas, dito isto, claro que é importante a liberdade de expressão, é importante que ela não seja censurada e até é interessante que o PSD tenha evoluído nessa sua posição, porque nos tempos de Sousa Lara recusou-se que a obra do Saramago fosse enviada a um prémio europeu porque ofendia os bons costumes. Mas pronto, todos podemos evoluir e isso é interessante.” -----*

----- Continuando, disse que este formato era mais interessante e permitia gerir melhor o tempo, que infelizmente nas primeiras moções isso não aconteceu. Era uma questão de gestão de tempo, ficavam sempre coisas por dizer. -----

----- Em relação à linha circular, se não fosse opção, se fosse apenas a linha em laço, as obras do Campo Grande não eram necessárias. Embora o problema não fosse esse, eram contra a linha circular, porque ia prejudicar a mobilidade. As obras também prejudicavam, era um prejuízo temporário que podia ter sido mais bem acautelado. Mas se a linha fosse em laço e não circular, essas obras do Campo Grande não teriam existido e a linha não estaria interrompida nesta altura. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este período e passou ao ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, prevista na alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, para além da matéria e do conteúdo que pudesse ser suscetível de questões, que lhe competia o dever de responder, gostaria de destacar alguns aspetos, que até já foram ali mencionados noutros pontos.-----

----- No que se referia ao Bairro São João de Brito, a Junta de Freguesia de Alvalade dentro das competências que tinha, nos termos da Lei, para atuar, tinha feito inúmeras reuniões com os moradores, através dos seus representantes, nomeadamente da associação que estava constituída. Já promoveu e acompanhou visitas até de dois Vereadores e vários directores de departamento, nomeadamente o diretor municipal dos espaços verdes e ambiente. -----

----- Em relação a algumas questões que foram levantadas e como também já foi referido, embora não tivesse essa competência, mas para salvaguardar o interesse dos moradores e para tentar preservar alguma qualidade de vida, promoveu a desmatção, porque não esteve à espera que a CML interviesse, achando que era urgente e necessário proceder a essa operação. -----

----- Para além disso, acompanhou e fez reuniões com a Câmara Municipal de Lisboa, exatamente para assegurar que o processo relativo à Rua das Mimosas fosse desenvolvido com as entidades competentes, nomeadamente na altura, com um parecer, que era a única questão levantada pela CCDR, e a Câmara respondesse em conformidade e essas questões fossem ultrapassadas. -----

----- Agora, podiam dizer que a Rua das Mimosas, algo que estava fora do plano inicial, estava integrado e estava também no processo de requalificação urbana de todo aquele

bairro. Passadas essas questões, importava também salvaguardar os procedimentos legais, que eram absolutamente indispensáveis para que os moradores, que passavam a ser titulares do direito de propriedade das moradias e das residências, tivessem esses processos legalmente concluídos. -----

----- Não tinha presente, mas foram referidos cento e tal lotes, dos quais 86 escrituras já estavam realizadas, e a Junta de Freguesia fez uma reunião com a Vereadora do urbanismo, Joana Almeida, com vários técnicos e diretores de departamento, precisamente para dirimir algumas matérias e colocar algumas questões no que se referia ao estacionamento, que eram matérias que o urbanismo tinha competência, mas que tinha outras considerações que importava acautelar do ponto de vista técnico e do ponto de vista do plano aprovado inicialmente. -----

----- Continuava a dizer que não era porque os executivos mudavam de força política que os processos não tinham o desenvolvimento que deviam ter, porque se realizaram no passado, porque era nesse sentido que salvaguardavam a defesa do interesse público e das populações. -----

----- A Junta de Freguesia defendia a ampliação do número de lugares de estacionamento, mas tinham, do ponto de vista técnico da CML, muitas objeções a esse desiderato. No entanto, continuavam a insistir e a tentar encontrar alternativas nessa fase ainda de não conclusão. -----

----- Sabia-se que os lotes sobrantes tinham em perspetiva realojar ou recolocar os residentes na Rua das Mimosas, mas como esse problema já não se colocava, ficavam sem essa necessidade urgente específica. Era do domínio público, e a CML tinha no seu plano de atuação, a grande dificuldade que existia nos programas de habitação, que continuava a ser uma prioridade, onde era preciso investir e desenvolver. Nesse sentido, havia que compaginar, ou pelo menos encontrar um consenso, entre as duas necessidades. -----

----- Quanto às situações da EMEL, também já intervieram e insistiram que a EMEL passasse a intervir, nomeadamente, criando zonas exclusivas para os moradores. -----

----- Quanto ao processo de legalização das moradias e em particular a obtenção de licenças de utilização, também estavam a fazer todos os esforços junto da CML. Eram matérias complexas do ponto de vista técnico e muitas vezes onerosas. Estavam na fase de integrar como um espaço natural da Cidade de Lisboa, e não como um bairro diferente, que pudesse merecer alguma discriminação negativa, com o desenvolvimento de um processo de toponímia, em vez de números. -----

----- Houve uma reunião pública, onde os moradores participaram de uma forma bastante ativa, participaram os membros da comissão de toponímia, os diretores de departamento e o próprio Vereador que presidia a essa comissão, o Vereador Diogo Moura. Continuavam a desenvolver relações com a associação de moradores, que era quem os representava, para que esse processo fosse inclusivo e partilhado. -----

----- Não valia a pena dizer que se devia promover a partilha e a participação dos cidadãos e depois nada fazer para o concretizar. -----

----- Devia ainda destacar, que também tinham feito reuniões muito preliminares com a Associação de Moradores do Campo Grande, reconhecendo que havia alguma necessidade de, com alguma brevidade, precisar de intervenções de requalificação daquele espaço, em particular, tendo em atenção que os materiais em que assentava a maior parte da construção eram muito semelhantes ao que aconteceu nos Coruchéus, nalgumas partes. Portanto, para evitar a deterioração, o Presidente do Clube pediu apoio para a requalificação do espaço, nomeadamente a renovação da parte elétrica, que estava já com alguns anos e precisava de ser requalificada, os telhados e a ampliação de

algumas zonas, para comportar mais utentes e com maior conforto. Também a requalificação da cozinha. -----

----- Forneciam refeições a custos controlados e tinham uma função de IPSS, no sentido em que tinham protocolos com a Segurança Social. -----

----- Um processo que parecia muito complexo, começou a ter desenvolvimentos específicos concretos. Conseguiu-se já vislumbrar a prossecução dos objetivos que tinham a ver com a necessidade da comunidade e Lisboa inteira, no País inteiro, mas pensava que, em Alvalade, conseguiam reunir as condições para desenvolver projetos piloto em parceria com as entidades competentes, sempre em parceria e colaboração, e não substituindo ninguém que já existia e tinha maior competência nessas matérias, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e os centros sociais e paroquiais, São João de Brito, Santa Joana Princesa e Campo Grande, com os técnicos da comissão social de Freguesia, para criar um primeiro curso de formação para cuidadores permanentes. Iria criar em Alvalade uma resposta às necessidades que as famílias tinham com pessoas mais idosas e que precisavam, não de voluntários ou cuidadores parcelares, mas pessoas que assegurassem um acompanhamento permanente das pessoas com essas necessidades. -----

----- Numa perspetiva e numa estratégia de colaboração e integração de todas as entidades interessadas, estava-se com a Associação de Estudantes da Universidade de Lisboa a criar um programa, já desenvolvido nalgumas cidades europeias e que tinha algum sucesso em Portugal, nomeadamente no Algarve, um projeto de “residência de estudantes” em casas de séniores, permitindo cumprir essas obrigações e dando alguma resposta às necessidades de estudantes que se deslocavam de outras partes do País para estudar em Lisboa. Era um custo para uma necessidade que, muitas vezes, as famílias tinham dificuldade em pagar, e os estudantes iam para longe dos locais onde estudavam.

----- Sendo Alvalade a Freguesia com maior número de faculdades e a maior comunidade académica do País, fazia todo o sentido que esse projeto se desenvolvesse em cooperação com as entidades que percebiam mais do assunto e que sentiam maiores necessidades, designadamente as universidades e todos os serviços sociais das universidades e em particular as associações de estudantes. -----

----- Os projetos que foram anunciados e que estavam a ser desenvolvidos, de criação de novas creches em Alvalade, já tinham alguns passos concretos e determinantes nesse sentido. A CML já se comprometeu, pelo menos, no que respeitava ao financiamento e início mais urgente possível da requalificação de um espaço do Centro Paroquial e Social de São João de Brito, para uma creche, para dar resposta à lista de espera das pessoas e das famílias de Alvalade. -----

----- Estava também já reservado e assegurado pela própria Vereadora Sofia Athayde, a preparação de um projeto para o terreno existente perto da Quinta dos Barros, para se iniciar o desenvolvimento de um projeto com vista à criação de uma creche. -----

----- Estava também prevista a ocupação, em parceria com a Universidade de Lisboa, de um equipamento instalado na Cidade Universitária para que passasse a ser desenvolvido um projeto de creche, procurando assim aumentar a resposta e requalificar os espaços existentes. -----

----- Mereceu durante este período grande atenção da Junta de Freguesia o trabalho dos técnicos e, em particular, da Vogal Ana Rita Costenla, que tinha essa matéria atribuída em delegação de competências, com os resultados em termos preliminares do desenvolvimento do projeto “*Alvalade em Férias*”, que superou as expectativas da própria Junta de Freguesia. As inscrições tiveram de ser encerradas muito rapidamente, porque o número ultrapassou as 900 inscrições, e a capacidade de resposta não superava

as 600. Em 2021 eram 378, em 2022 atingiram 504, em 2023 atingiram-se 600 e o objetivo era que todos os anos aumentassem e no próximo ano pudessem chegar a 700.-

----- Aumentou-se a idade de participação para os dezasseis anos, no sentido de dar resposta também a algumas preocupações que as famílias tinham, porque os jovens nessa idade ainda estavam numa fase de transição e requeriam essa necessidade.-----

----- Criou-se uma bolsa de voluntários maiores de dezassete anos. Aumentou-se o número de monitores, como nos tínhamos comprometido, e por isso precisaram de repartição de financiamento de entidades terceiras, nomeadamente das famílias que pudessem. Aumentou-se de 18 monitores, que foram recrutados em 2021, para 29 em 2023, mais 11 monitores em 2023 e mais 6 em cada turno. Pela primeira vez a contratação de monitores terapeutas especializados para participantes com necessidades especiais. Estava garantido que, nesses casos, se assegurava um monitor especializado para cada criança, ou nos casos em que essas necessidades não eram muito notórias, para duas crianças. -----

----- Segundo as informações e a pesquisa que fizeram, garantiam que Alvalade tinha de facto o programa mais inclusivo nesse sentido e fez-se esse esforço para o garantir. Não se fez favor nenhum, era um compromisso que assumiram e que deviam fazer. Isso revelava que o programa foi acolhido de uma forma positiva pelas famílias, tornando mais exigente a sua apreciação, porque passavam a ter algum encargo nessa matéria.----

----- Dava ainda nota do resultado do inquérito realizado por especialistas na matéria e feito aos residentes do Bairro dos Coruchéus. Foram postas várias opções, parque infantil, parque canino, jardim público, circuito de manutenção, centro de dia, jardim infantil ou creche. -----

----- Um espaço para resposta livre que permitia aos moradores acrescentarem várias hipóteses e foram acrescentadas, por iniciativa dos próprios, centros integrados intergeracionais, hortas comunitárias, festas populares e eventos, cinema ao ar livre, ATL, mercado biológico, academia de xadrez, quiosque com esplanada e escola de música.-----

----- As opções que expressavam a vontade maioritária foram três: jardim público, centro de dia/academia sénior, jardim de infância/creche. Acrescentando uma resposta que os próprios deram, parecia ir ao encontro de outra proposta mais votada, ou pelo menos mais desejada, um centro integrado intergeracional, o que permitia dar resposta ao jardim infantil e à academia sénior. Nesse sentido, estavam já com a CML, e o CDC já previa isso, podiam começar então os estudos e análises dos projetos concretos para que fosse ali edificado esse centro e dando resposta às necessidades reveladas pelos diretamente interessados, nomeadamente os cidadãos que ali residiam e trabalhavam.---

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que tnhá gostado muito do fornecimento de folhagem proveniente das podas efetuadas na Freguesia para o Jardim Zoológico e para alimentação animal. Era uma boa iniciativa.-----

----- Tinha falado numa questão, que outras pessoas não achavam importante, a colocação da tela para o encerramento na loja 54 no Mercado Norte. Era mais um espaço vazio, algo que já tinha falado na outra Assembleia. -----

----- Em relação ao Centro Cívico Edmundo Pedro, a instalação de rede elétrica e de dados na sala de espera junto à entrada, não tinha percebido bem se era uma futura nova secretaria, se iam deixar de ter sala de espera.-----

----- Queria referir o apoio financeiro à MUSSOC, de 21.780 euros, para dinamizar o projeto *Selfie*. Não ia tecer mais comentários, na última sessão tinha dito que era uma associação que não vivia sem subsídios e a Junta de Freguesia tinha que no futuro

repensar esta situação, porque as coletividades não podiam ser a vida toda subsidi dependentes. Esta associação, em seis anos, pelas suas contas e pela análise que estavam a fazer na comissão da transparência, recebeu perto de 220 mil euros, em que 75% dessas verbas iam para pagamento dos órgãos sociais e o restante era para despesas e pagamento de técnicos.-----

----- Não concordava nada com os apoios para essa associação, era muito direto. Brevemente, a comissão da transparência iria reunir e elaborar um relatório, iriam falar sobre algumas transgressões, que iam aliás ao encontro da recomendação que o Senhor Membro do Chega fez e bem.-----

----- Havia referência a várias reuniões com o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus e a sua questão era saber quais os passos que ficaram definidos, o que aconteceu. Julgava que até já nem existisse e gostava de saber o que se iria passar.-----

----- Relativamente à questão dos horários no Mercado de Alvalade, de facto não se chegava a consenso, o que era uma pena e a Junta tinha de tentar fazer um esforço para ver se estava o mercado aberto mais horas, o que era bom para a Freguesia.-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para uma interpelação à Mesa.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que o Membro Nuno Lopes tinha referido que estavam a discutir ao nível da comissão de transparência alguns valores, mas, que soubesse, não estavam a discutir nada e não havia nenhuma previsão ainda, pelo menos não foi indicada, de uma próxima reunião. Gostava que o Senhor Presidente da Assembleia pudesse esclarecer isto, porque realmente era um tópico novo para alguém que pertencia a essa comissão.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não tinha estado na reunião da comissão e não fazia a mínima ideia, não tinha conhecimento.-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos.-----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que gostava de colocar algumas questões, até numa ótica de algumas recomendações que tinham vindo a ser apresentadas pela IL ao longo do mandato. Sabiam que muitas das recomendações eram apresentadas em Assembleia, votadas e aprovadas e depois não sabiam o que acontecia, se já estava a ser desenvolvida, ou não, atividade em relação às mesmas. Seria um bom momento para perceberem em que ponto estava cada uma dessas vertentes que ali apresentavam.-----

----- A primeira, estava relacionada com a informação e transparência na gestão do património da Freguesia de Alvalade. Gostaria de deixar uma palavra e saudar o facto de o Executivo ter partilhado com a comissão de transparência o formato que o site da Junta de Freguesia iria ter, com os novos desenvolvimentos que eram esperados, mas gostaria também de perceber quando era expectável que tivessem a informação no site da Junta de Freguesia de Alvalade relativa ao imobiliário, aos protocolos e subsídios firmados, também às compras realizadas pela Junta de Freguesia de Alvalade e os recursos humanos de que a Junta dispunha.-----

----- Era uma informação que considerava de extrema importância, para que os cidadãos de Alvalade pudessem fazer o acompanhamento real da gestão da Freguesia.-----

----- Um segundo ponto, tinha a ver com um tema que também era determinante para a IL, a segurança pedonal e rodoviária. Numa passada Assembleia de Freguesia apresentou-se uma recomendação, que foi aprovada, relacionada com a criação do percurso pedestre e ciclovias entre a Rua das Murtas e a Avenida Santos e Castro e gostaria de saber em que ponto se encontrava essa obra. Bem sabia que muitas responsabilidades não estavam associadas à Junta de Freguesia de Alvalade e sim à

CML, mas como foi uma recomendação aprovada há algum tempo e ainda não era visível obra a esse nível, gostaria de saber quando era esperado que pudesse avançar. ---

----- Também, a criação de lombas de sinalização e redução de velocidade na travessia entre o Externato São Vicente de Paulo e o Colégio de Santa Doroteia. -----

----- No que se referia ao circuito pedestre e ciclovia, na altura justificou-se a premência dessa obra para fazer uma ligação mais célere e que iria facilitar a vida dos cidadãos de Alvalade, no percurso entre a Freguesia de Alvalade e a Freguesia do Lumiar.-----

----- Um terceiro ponto, estava relacionado com o estacionamento. Esse quadrante continuava a ser um problema crónico na Freguesia de Alvalade e aliás um compromisso que foi assumido pelo Executivo em funções, e um tema abordado por todas as forças políticas. Gostaria de perceber em que estado se encontrava esse compromisso que o Executivo referiu em relação à obra que se pretendia fazer. -----

----- Já foi abordado também pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade o Bairro de São João de Brito. Também já muitas vezes abordado e também ao nível de recomendações. Sabiam que ao longo das últimas décadas os moradores desse bairro tinham travado várias batalhas pela sua legalização. Apesar das obras de qualificação do espaço público estarem em andamento, o que naturalmente saudavam, as escrituras das habitações avançavam a um ritmo que não era ainda aceitável. Sabia-se que em cinco anos, havia ainda inúmeros processos por consumir e gostaria de perceber também em que fase se encontrava o processo. -----

----- Acrescia ainda, o facto de esse projeto de loteamento ter sido conduzido sem muitas vezes ouvir os moradores do bairro, isso em conversas que tiveram com os moradores e com a associação de moradores, numa falta de comunicação que tinha resultado nalguns erros e omissões, com implicações nas próprias delimitações das habitações, que se foram agravando à medida que as obras avançavam. -----

----- O Bairro São João de Brito era um exemplo, que mostrava a necessidade de assegurar maior escrutínio, visto que estavam a falar de um projeto que já excedeu bem mais de um milhão de euros, apenas em sucessivas alterações que tinham vindo a ser feitas ao projeto. Em certa medida, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já respondeu em relação a este tema, mas gostaria também de reiterar esse número: mais de um milhão de euros gastos em alterações que foram feitas ao projeto.-----

----- Depreendia que havia algumas lacunas ao nível do planeamento, embora soubesse que a obra começou com um Executivo em funções e continuava com outro. -----

----- Outro tema que foi apresentado na Assembleia de Freguesia de Alvalade e que também constava do programa da Iniciativa Liberal, tinha a ver com a questão dos orçamentos participativos. Era conhecido o caso do Estrelas de São João de Brito e gostaria de perceber também, até porque uma vez mais foi um compromisso do atual Executivo resolver essa pasta, e gostaria de saber, a bem da transparência também, em que fase se encontrava este orçamento participativo do Estrelas São João de Brito. -----

----- Não tinha apresentado a moção e não tivera oportunidade de abordar a questão do próprio funcionamento da Assembleia de Freguesia de Alvalade, que foi dos primeiros temas referidos na Assembleia até no momento em que era digital, na altura da pandemia, que estava relacionado com os tempos de intervenção, com a logística da disposição dos trabalhos da Assembleia, nomeadamente ao nível de instalação de mesas que iriam facilitar o trabalho de todos. -----

----- Também uma recomendação que foi aprovada na Assembleia de Freguesia há pouco tempo, das sessões terem início às oito da noite, em detrimento das nove da noite. A sua opinião era que não iria haver grande diferença antecipar uma hora, porque os tempos eram ilimitados e contra si falava, porque era apenas um representante de uma força política e sabia que do ponto de vista da proporcionalidade iria ter menos tempo

de intervenção, mas achava que conseguiam ser mais produtivos, mais eficientes e mais assertivos nos temas que levavam à Assembleia de Freguesia, porque como sabiam, era rara a sessão da Assembleia que conseguiam terminar em tempo útil e isso ia ter uma série de efeitos que não eram positivos, porque acabavam por afetar a própria democracia, perdiam o interesse dos cidadãos de Alvalade no que estava ali a ser abordado. -----

----- Era um ponto que gostaria de reafirmar uma vez mais, da necessidade premente de, pelo menos, estudarem e olharem para o Regimento, se era possível incorporar tempos de intervenção que permitissem ter um debate ainda mais saudável do que aquele que já tinham. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que já se tinha falado na Rua das Mimosas e a reabilitação do espaço público da Rua das Mimosas decorreu ao mesmo tempo que a restante reabilitação do espaço público. O loteamento não aconteceu, mas a reabilitação do espaço público sim, não houve nenhuma discrepância temporal. -----

----- Voltava a dois pontos que já falara na Assembleia de Freguesia anterior e que não ficaram esclarecidos. O primeiro, era necessariamente a prevenção da corrupção e dos riscos conexos. O Senhor Presidente esclareceu que não tinha nada a apresentar no que tocava a um relatório sobre isso, mas queria pelo menos incentivá-lo a apresentar as suas medidas de prevenção da corrupção, porque eram boas práticas de qualquer organização pública ou privada. Já sabiam o que o Executivo anterior pensava sobre o assunto e as medidas que queria implementar e gostariam de saber quais as medidas que o Senhor Presidente e o seu Executivo queriam implementar. -----

----- Gostariam também que houvesse mais interesse por parte dos outros Membros da Assembleia de Freguesia relativamente a este assunto e voltariam sempre a ele enquanto o Senhor Presidente não trouxesse as suas medidas de prevenção da corrupção e o seu interesse nisto. -----

----- Os outros assuntos, dois já foram abordados também. A aquisição de serviços de produção de conteúdos para a revista de Alvalade, o Senhor Presidente lamentou não ter meios e por isso recorreu à terceirização. Essa produção era antes feita por trabalhadores da Junta de Freguesia, como disse e era verdade, mas o Senhor Presidente também manifestou o seu orgulho nesta opção política de terceirização. Não valia a pena orgulhar-se num dia e no dia a seguir lamentar que não tinha as pessoas necessárias, porque para as ter tinha que as preservar pelo menos ou, quando assim não conseguia, procurar substituir e ocupar os lugares do mapa de pessoal. -----

----- Relativamente aos serviços de coordenador da Universidade Sénior, também já foi ali falado e gostaria só de perguntar quem era o coordenador que foi contratado. -----

----- Eventos pontuais REMAX, já tinham falado na Assembleia de Freguesia anterior, porque tinham sido realizados dois eventos pontuais em dezembro, depois mais dois que eram pontuais em janeiro e um em fevereiro. Eram cinco eventos, o que diminuía a pontualidade. -----

----- Entretanto, houve dois eventos em março e mais dois em abril e mais um em maio. Já iam em dez, em seis meses, e queria perceber exatamente que tipo de evento era, para ter mesmo a certeza que não estava aí em causa uma atribuição do padrão financeiro corrente, contornando o regulamento de apoios da Junta de Freguesia. Não era uma desconfiança, era mesmo só para ter a certeza do que se estava a tratar. -----

----- Queria perguntar também, relativamente à higiene urbana, o que estaria a ser feito quanto ao acréscimo previsível de necessidades durante a Jornada Mundial da Juventude. -----

----- Saber onde seria exatamente a creche da Quinta dos Barros, se seria aquela que estava prevista no mandato anterior pela SRU, junto ao pavilhão, ou se era outro projeto já posterior.-----

----- Saber quantas pessoas foram inquiridas no inquérito referido, relativamente aos Coruchéus e como foi feita a recolha dessas respostas. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que acompanhavam algumas das perguntas que foram feitas até ao momento e, portanto, aguardavam ansiosamente por essas respostas. -----

----- Entretanto, também questionar o contínuo apoio às tunas, perceber qual foi a razão para ser feito esse apoio. Percebia que a cultura era importante, algumas culturas teriam mais importância do que outras, mas simplesmente para saber o que era. Parecia um bocado de dinheiro. -----

----- Havia sempre um discurso sobre as forças vivas da Freguesia, mas no caso do Técnico não seria na Freguesia, pelo menos não representava uma entidade da Freguesia, mas não seria apenas por causa disso. -----

----- Havia uma frase que dizia “*pedidos de fiscalização à Polícia Municipal de ocupações ilegais dos espaços verdes do domínio público*”, o que acompanhavam, “*nomeadamente construções em logradouros do Bairro das Caixas*”. Que pudessem esclarecer um pouco mais as situações. Como cidadão já tinha feito participação no passado e queria tentar perceber quais foram. -----

----- Em relação aos Coruchéus, realmente havia várias perguntas sobre isto, não sabia do inquérito e fizeram muito bem, consultar a população era o que defendiam. Queria saber qual foi o processo, como foi realizado e qual a área que tiveram em consideração, porque era uma crítica que tinham recorrente, inclusive, até em processos que se originaram quando estavam no Executivo. -----

----- Sendo um processo referente a uma área que estava determinada, as pessoas à volta também tinham a ver e, portanto, ia servir mais do que as pessoas daqueles prédios, se calhar, devia ter sido mais alargado. Não sabia se foi ou não, e daí a sua pergunta. -----

----- Era ótimo ter aberto uma parte para sugestões das pessoas abordadas, a sua pergunta era, se essas sugestões depois voltaram a ser colocadas à disponibilização de quem tinha sido inquirido para responder ou não, porque realmente, isso poderia alterar completamente a votação. -----

----- Continuava a aguardar por um relatório da segurança, eram quase 20 mil euros e julgava que viria daí a revolução, porque com esse tempo todo teria de ser uma coisa mesmo boa. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que neste ponto, gostaria em primeiro lugar de reiterar as questões que tinha feito aquando do PAOD e que por decisão do Senhor Presidente da Assembleia seriam respondidas agora, nomeadamente as questões relativas ao parque de estacionamento e o número de escrituras que estavam ainda em falta por outorgar no Bairro São João de Brito.-----

----- Relativamente à informação escrita, sobre o “*Alvalade em Férias*” dar os parabéns à Vogal Ana Rita Costenla. Infelizmente não estava presente, mas quando estivesse com ela teria oportunidade de lhe repetir os parabéns, porque efetivamente, tinha sido um esforço do Executivo em aumentar o número de participantes. Conforme foi dito, em 2021 tiveram 378 crianças, em 2022 foram 500 e em 2023 iriam ter 600, sendo objetivo no próximo ano chegar às 700.-----

----- Parecia que não estavam ainda a conseguir criar as condições para ter todas as crianças que se inscreviam, tendo em conta que neste ano houve mais de 900 inscritos, mas estavam no bom caminho, e se daí a dois ou três anos continuassem com 900 inscritos, a esse ritmo de crescimento para participações efetivas, pensava que conseguiriam dar resposta a todos aqueles que pretendiam participar no “*Alvalade em Férias*”. -----

----- Teriam mais atividades, tinham mais inscritos, havia também mais monitores, isso depois de alguma polémica da inscrição depender de um pagamento. Cumpria esclarecer que esse pagamento era calculado com base nos rendimentos dos agregados familiares e, portanto, aquilo que chocou muita gente, estavam a falar de pagamentos em que para uma criança participar no “*Alvalade em Férias*” durante quinze dias, havia famílias a pagar 2 euros e meio. -----

----- A partir do momento em que, no Concelho de Lisboa, todas as Freguesias exigiam o pagamento de uma taxa de inscrição nesses programas de férias, nomeadamente até a Freguesia de Carnide, cujo Presidente era eleito da CDU, era estranho porque em Alvalade deveria ser diferente, quando eram a Freguesia com mais inscritos e que, mesmo com essa taxa de inscrição, conseguiam ter mais inscritos ainda do que no ano anterior. -----

----- Queria também deixar o elogio pelas quase duas mil plantações realizadas nos vários espaços verdes. -----

----- Tinha visto na informação escrita que houve várias retificações de aspersores de rega, etc. No ano anterior, na Assembleia de Freguesia, o PSD apresentou uma proposta para que a Junta de Freguesia, no exercício daquilo que eram as suas funções, tivesse uma maior gestão dos recursos hídricos face aos períodos de seca. Tudo indicava que iriam entrar numa nova vaga de calor e gostaria de saber se a Junta de Freguesia foi sensível a essa proposta e o que tinha sido feito para que efetivamente os recursos hídricos na Freguesia fossem o mais bem geridos possível. -----

----- Queria também acompanhar a questão da CDU, relativamente ao método que esteve subjacente a esse inquérito junto dos moradores, na zona dos Coruchéus. Se o Executivo pudesse esclarecer qual foi a metodologia, que residentes foram inquiridos, quais as conclusões desse inquérito e, com base nessas respostas, qual era a decisão da Junta, relativamente ao que se iria fazer àquele espaço. -----

----- Por último, gostaria também de saber qual o ponto de situação, ou qual o projeto da Junta relativamente ao Mercado de Alvalade e ao Mercado Norte, tendo em conta que tomaram posse há ano e meio e antes dessa tomada de posse tinham sido feitas obras de valores avultados no Mercado de Alvalade, mesmo antes das eleições, e já depois dessas obras houve uma chuvada, e toda a gente se recordava das imagens das inundações no mercado. -----

----- Estava-se no primeiro dia do verão e o que gostaria de saber era, se quando chegasse o inverno, não teriam problemas novamente nos mercados de Alvalade e o que estaria a ser feito nesse sentido. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Leonardo Rodrigues. -----

----- **Membro Leonardo Rodrigues (BE)** disse que tinha apenas alguns pedidos de esclarecimento sobre os espaços verdes da Freguesia. Não existia *feed-back* no site, essa informação não era pública, mas gostava de saber quantos jardins foram atribuídos no âmbito do regulamento de hortas e pequenos jardins e a razão por não se divulgar mais o regulamento que foi pioneiro e aprovado pela Assembleia de Freguesia no mandato anterior. -----

----- Já tinha perguntado no passado e voltava a perguntar, qual era o motivo para não ter sido concluída a obra no Jardim dos Moradores. Certamente as plantações de acordo com o projeto não foram feitas de todo, e quase um ano após a entrega da obra esta permanecia igual. -----

----- Havia um abandono da Azinhaga das Teresinhas e um insucesso nas plantações sem reposição. -----

----- Também queria pedir *feed-back* sobre o transplante temporário das árvores na escola EB1 Santo António. -----

----- Perguntou se, além de tinta, iriam colocar alguma infraestrutura real no sentido da acalmia de tráfego, que até ao momento isso não se verificou. -----

----- Dava uma nota a todos os partidos, que na Freguesia de Alvalade tinham mais estacionamento do que habitação e isso sim era um problema. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que tinham de planear a continuação da Assembleia de Freguesia. A proposta da Junta seria dia 3 de julho, o Membro Leonardo Rodrigues perguntou se podia ser dia 5. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que então ficava fechado o dia 4, havia maioria nesse sentido. -

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para o centro cívico havia um projeto e agora poderia avançar, porque a Câmara disponibilizou dinheiro. A sala de espera, segundo diziam os técnicos, não tinha muita utilização e era uma questão que seria depois apreciada, não iria estar a antecipar. -----

----- Quanto à MUSSOC, dava razão e já tinha dito isso, dava razão pelo número que ia diminuindo de utentes, mas quem estava desse lado também tinha de se preocupar com verificar quais eram as consequências de desaparecer de imediato. A resposta, má ou boa que dava a algumas famílias, naquela zona, tinha de ser salvaguardada se fossem obrigações da Junta e se fossem consideradas de interesse público, que eram. Se fossem bem ou mal feitas, isso poderia ter outras razões. -----

----- As questões colocadas pelo Membro Nuno Lopes, foram colocadas pela Doutora Paula Seno, essa avaliação da situação, pessoas que acompanhavam há muitos anos e que tinham competência na matéria, eles próprios levantavam essa questão e já comunicaram ao Executivo que era preciso repensar. Só que o Executivo, que era um órgão político, dizia que era verdade, mas na análise desse processo tinham de perceber quais eram as consequências para as famílias. -----

----- A verdade era que, como estava não iria ficar, e a diminuição já se verificou nesse ano, e até não estava fora de questão encontrar uma solução que as famílias aceitassem e escolhessem, de realocar esse investimento para um centro social. Essa matéria era uma preocupação, mas o cuidado que deviam ter, porque eram pessoas e não coisas que pudessem mudar de um lado para o outro, dependia também dos serviços, e tinham na Junta de Freguesia técnicos competentes nessa matéria, que conheciam bem os problemas. -----

----- Por isso, estavam à espera, mas seria para muito breve. Depois, verificariam se estava a dizer alguma verdade ou se estava só a teorizar. Estava até a possibilidade de integrar noutras associações já existentes. -----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade, era uma preocupação muito grande. Até já tinha dito ao Vereador que, qualquer dia, deixava de ser responsável e entregava aquilo à Câmara, porque de facto era precisa uma intervenção urgente, mas o Vereador já respondeu e já marcaram uma reunião. -----

----- As questões que se colocavam no mercado não eram só essas, a decisão se ia para obra ou não. Havia um período de concessão, depois, no período de concessão, uns técnicos da Câmara diziam que não podia ser X, que tinha de ser X mais anos ou X menos anos. Estavam nessa discussão. -----

----- Decidissem de uma vez por todas, não se podia correr o risco de algum acidente mais grave acontecer. Essa era a posição da Junta. -----

----- Quanto aos Coruchéus, era uma associação que existia, mudou a direção. Aproveitava para dizer que iria enviar para todos o trabalho que foi feito, os inquéritos, os resultados, a metodologia, as consequências. Pedia desculpa, porque até pensava que já tinha feito isso. -----

----- Havia uma nova direção, um campo de ténis e instalações que eram deles próprios, havia a seguir um logradouro. Essa matéria estava toda a ser repensada para quando fosse requalificado o espaço, não tomavam decisões *ad-hoc*. Todo aquele espaço teria de ser requalificado e a decisão podia ser urgente, dependia do projeto. Logo que houvesse dinheiro da Câmara que lhes permitisse avançar com a execução de projetos e a colaboração da Câmara, o urbanismo tinha de estar de acordo. Isso estava tudo a ser pensado para que as coisas avançassem. -----

----- Disse que tudo o que tivessem sobre informação e transparência, podiam mandar tudo. Os relatórios das instituições, podiam ser do conhecimento, não havia nenhuma matéria classificada. Portanto, enviariam todos os relatórios que tinham, porque do passado havia uns e não havia outros, isso acontecia em muitas instituições. -----

----- Sobre o relatório de transparência, tinha uma informação que ia ler. Sabia que alguns Presidentes de Junta punham os técnicos a falar, mas neste caso não queria. Era uma informação da Doutora Joana Vilela: -----

----- *“Informar que a Junta de Freguesia de Alvalade em conjunto com a Transparência e Integridade, Associação Cívica, tem estado desde 2022 a rever o mesmo para que fique em conformidade com os demais instrumentos legais que têm vindo a ser publicados.* -----

----- *Na verdade, a publicação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei nº 109-E/2021 de 9 de dezembro, bem como o do Regime Geral da Proteção a Denunciantes de Infrações, aprovado pela Lei 93/2021 de 20 de dezembro, tornaram necessária a revisão e a implementação de alguns instrumentos internos junto da Junta de Freguesia de Alvalade, encontrando-se a referida associação a dar-nos apoio nessa matéria, sendo que temos agendado para amanhã mais uma reunião com vista ao desenvolvimento desses instrumentos, tais como: plano de prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas, código de conduta, procedimento de controlo interno e avaliação prévia do risco, mecanismo interno de reporte e tratamento de denúncias.”* -----

----- Era esta informação técnica, e com base nela, que tomariam uma decisão. Era legítima a crítica, se calhar deviam ter feito, mas tinham uma relação de cooperação com a Associação *Transparência e Integridade*, era com ela que estavam a desenvolver esses projetos e que os técnicos da Freguesia já conheciam. -----

----- Sobre as Calvanas, era um processo que não estava ainda visível, mas seria apresentado muito brevemente, segundo disse a Senhora Vereadora do urbanismo e o responsável pela SRU. Havia um projeto de urbanização e requalificação da ligação de Alvalade à Alta de Lisboa, que ia implicar alterações profundas na zona das Murtas, expropriações, projetos de arquitetura, projetos de urbanismo. Já fizeram duas reuniões, tinha proposto e foi bem acolhido, não houve uma decisão formal, que quando esse processo estivesse mais avançado e fosse compreensível para um cidadão, como era o seu caso, que não era arquiteto nem urbanista, que fizessem uma apresentação em Alvalade, ou no LNEC, que geralmente era um público conhecedor. -----

----- O que sabiam e que os satisfazia, era que seriam instalados naquela zona equipamentos de grande relevância, nomeadamente o arquivo central municipal de Lisboa, que passaria para ali com serviços qualificados. Ao lado, ficaria o centro dos principais arquivos nacionais, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e Arquivo Municipal, o que era uma vantagem para a Freguesia. Os arruamentos e tudo isso, seria tudo contido nesse projeto, que os arquitetos urbanistas estavam a desenhar, e numa fase já muito avançada. Era um processo que se arrastava há anos, estas coisas não se faziam de um dia para o outro. -----

----- Quanto ao Bairro São João de Brito e os loteamentos sem ouvir os moradores, não acompanharam essa fase, mas tinham procurado conciliar os diferentes interesses. Já se fizeram duas ou três visitas, até com diretores de departamento e técnico, para a Câmara ter em atenção nas suas decisões essas posições dos moradores. Não era a 100%, mas a maioria estava representada por uma associação de moradores e tinham estabelecido uma relação permanente e constante com a direção dessa associação. -----

----- Sobre os orçamentos participativos, nomeadamente o Estrelas de São João de Brito, o Presidente do clube sabia que era verdade, que faziam questão de defender publicamente a realização de todos os orçamentos participativos. Defendiam junto do Vereador Diogo Moura e dos técnicos, numa fase até que já não era só do ponto de vista do gabinete político, mas já envolveu os técnicos do desporto, por algumas matérias que estavam ali em causa. Se o processo avançasse, tinha a ver com características técnicas de quem conhecia melhor os equipamentos desportivos, como se podiam desenvolver, quais os requisitos, as condições, etc. -----

----- Também defendia que, face ao tempo que passou, devia haver uma adaptação dos custos previsíveis. O diretor do clube sabia que defendiam isso e iam pressionar. Na reunião com o Senhor Vereador por causa do mercado, como ele era um dos responsáveis políticos por essa matéria, era um dos pontos da agenda também, os orçamentos participativos que não estavam resolvidos e que transitaram de mandatos anteriores. -----

----- O coordenador da Universidade Sénior já preparou com a Junta os requisitos, o regulamento, as contratações e propostas de monitores, muitos deles voluntários, mas noutras matérias mais específicas, era muito difícil encontrar todos voluntários. -----

----- Era o Engenheiro Luis Aires, um dos fundadores do “*Briosos de Alvalade*” e que também participava noutras universidades séniores, conhecia bem esses processos. Gostasse-se ou não, era um elemento dinâmico e ativo da cidadania em Alvalade, em particular, na defesa da qualidade de vida das pessoas com mais idade. -----

----- Quanto às creches, era verdade que estava previsto, e nesse sentido iam avançar com todas as previsões que fossem úteis à comunidade de Alvalade. Iria avançar também a creche que estava prevista ao pé do pavilhão municipal de Alvalade, além de São João de Brito, do espaço universitário e, se fosse possível, no desenvolvimento do projeto dos Coruchéus, o equipamento intergeracional previa que pudesse ser de um lado para séniores e outro lado para creche. -----

----- Porquê as tunas? Porque entendiam que a comunidade académica sediada em Alvalade e circundante era das mais importantes, senão a mais importante do País. Era uma estratégia política, criticável, mas era aprofundar as relações com a Universidade de Lisboa e com toda a comunidade académica. O Instituto Superior Técnico podia estar a 500 ou 1000 metros, até podia estar a 4000 ou 5000, mas era uma instituição de ensino de qualidade, que também incluíam na relação. As questões da educação e da cultura não tinham fronteiras, nem eram paroquiais, achava uma coisa um pouco provinciana pensar assim. -----

----- Iriam a todas as universidades, nem que fosse na Caparica, se entendessem que os projetos a desenvolver eram positivos e benéficos para a população. Fariam isso, e seriam depois avaliados pelas pessoas. -----

----- Do “*Alvalade em Férias*” tinha um resumo, enviaria depois em maior detalhe, mas investiram 131.174 euros, sendo a maior fatia a dos recursos humanos, alimentação quase 5.000, materiais e visitas 34.000. Esse detalhe seria depois distribuído, e a receita seria também discriminada. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que tinham tentado potenciar a requalificação dos espaços verdes neste período da informação escrita. Plantaram-se cerca de duas mil espécies nos espaços verdes da Freguesia, realizaram-se as podas em parceria com os prestadores de serviços a atuar na Freguesia, com o Jardim Zoológico de Lisboa, para que esse material pudesse ser disponibilizado para alimentação dos animais. -----

----- Relativamente ao Mercado de Alvalade, que foi uma pergunta colocada por várias forças políticas, concordavam que o Mercado de Alvalade precisava de obras profundas, o mais urgente possível, e isso iria também beneficiar o Orçamento da Junta de Freguesia, porque só no ano anterior investiram quase 130 mil euros e no primeiro trimestre do ano já iam com um valor de cerca de 50 mil euros. -----

----- Essas obras eram mais do que urgentes. O mercado tinha pouca atratividade por causa das condições estruturais e eram os primeiros a querer que essas obras fossem realizadas para o bem de todos, dos fregueses, dos comerciantes e também do Orçamento da Junta de Freguesia. O dinheiro que estava a ser investido ali podia ser utilizado para outras vertentes. -----

----- O horário do Mercado de Alvalade era um tema que o preocupava e foi discutido numa reunião com cerca de trinta comerciantes do mercado, mas para se chegar a um consenso era um tema muito difícil. Tentariam chegar no imediato a um intermédio, os comerciantes seriam novamente consultados e depois das obras teriam de tomar uma medida mais a fundo, para que o horário fosse compatível com a vida dos visitantes. -----

----- Quanto ao Bairro São João de Brito e relativamente à moção da CDU, ali faltavam alguns pontos, que para o Executivo ainda seriam mais importantes do que aqueles que a CDU falava na sua moção. -----

----- Havia o tema da legalização das moradias, que a si pessoalmente preocupava mais, porque era premente para que as pessoas ficassem proprietárias plenas e pudessem no futuro, se assim o entendessem, transacionar as moradias, sabendo que não podiam transacionar durante dez anos, a partir do momento em que faziam as escrituras. -----

----- No tema do estacionamento, que o Senhor Presidente já falou, a Câmara estava reticente em alocar alguns dos lotes ainda disponíveis e que seriam para habitação, mas temporariamente poderem potenciar o número de lugares, mas estavam disponíveis para alguns terrenos municipais ou espaços expectantes serem convertidos para mais lugares de estacionamento. Estava-se a estudar com o Município nesse sentido. -----

----- Igualmente em relação ao tema da EMEL entrar no bairro. Até ao final do mês tinham o compromisso da EMEL que o interior do Bairro São João de Brito seria 100% exclusivo para os moradores, em virtude que, durante o dia, muito do estacionamento era de pessoas de fora e que trabalhavam nas imediações. -----

----- Outro tema que foi levantado pelos moradores, era das inúmeras trotinetes abandonadas dentro do bairro. Já se identificaram duas localizações e deram nota à direção municipal de mobilidade para criar esses *hotspots* virtuais. Não tinha

confirmação se já foram criados, mas a verdade era que não tiveram mais reporte de situações de abandono das trotinetes em locais inapropriados. -----

----- Outras intervenções que foram realizadas e que eram uma preocupação da associação de moradores e de alguns moradores do bairro, tinham que ver com a contenção do talude do nº 23 da Rua D, uma casa que estava em risco de ruir. A obra estava a ser realizada pelo Município e a Junta de Freguesia acompanhou as várias vistorias que foram feitas ao local. Essa obra estava a decorrer e no prazo de seis meses iria terminar. -----

----- A segurança rodoviária era um tema também que tinha sido sinalizado pela associação de moradores e por outros moradores ali da zona. A obra de urbanização permitia que se pudesse andar confortavelmente e a direção municipal de mobilidade comprometeu-se a fazer um projeto de mitigação e de segurança rodoviária para diminuir a velocidade dentro do bairro.-----

----- Não foram realizadas mais escrituras, porque havia temas de heranças, de partilhas, de divórcios, que se tornavam burocráticos. Ou esses processos transitavam em tribunal ou não podiam ser realizadas até que os processos estivessem clarificados. -----

----- A alteração do PDM realizou-se, foi votado por unanimidade na Câmara e na Assembleia Municipal. O trâmite seguinte era fazer uma alteração ao loteamento existente do Bairro São João de Brito, integrar a Rua das Mimosas dentro desse loteamento, era uma operação urbanística que tinha os seus trâmites legais e que demorava o seu tempo e só depois disso se poderiam fazer as escrituras. -----

----- Quanto aos espaços verdes, havia o compromisso do departamento de espaços verdes do Município em que iam fazer um projeto integrado para os espaços verdes que não foram intervencionados aquando das obras de urbanização. Nessa altura, o projeto de paisagismo devia ter sido contemplado, não o foi, e a Câmara comprometeu-se a fazer um projeto global para essa intervenção. Isso ia ligar também com o tema de arranjar mais estacionamento dentro do bairro. Sabia-se que os espaços verdes tinham sempre alguma dificuldade em compreender que havia também outras necessidades para a qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Em relação ao custo extra da obra, aquando da proposta apresentada pelo empreiteiro e da análise dos erros e omissões, a obra começou com mais 900 mil euros de custo. Eventualmente haveria muitos erros no projeto, só poderia ser essa a razão. O aumento de custos no decorrer da obra foram melhorias implementadas, tanto identificadas pelos técnicos competentes como também pelos alertas que foram sendo dados pelos moradores, em algumas situações.-----

----- Algumas das ruas eram estreitas. Quando se fazia um projeto de urbanização com base em algo existente não havia milagres, as ruas tinham a dimensão que podiam ter, em virtude das casas que já lá existiam. -----

----- Houve situações que foram mitigadas. A Unidade de Intervenção Territorial Centro, que geria essa obra, teve o cuidado, aquando do desenvolvimento da mesma, de pedir ao serviço de higiene urbana do Município e aos Sapadores Bombeiros, que pudessem fazer todos os testes e algumas dessas situações foram corrigidas. Nas ruas mais estreitas houve um nivelamento dos passeios com o pavimento rodoviário para que os carros dos bombeiros pudessem circular rapidamente no Bairro São João de Brito. ---

----- Estavam em contacto permanente com os moradores do Bairro São João de Brito, quase semanalmente falava com a associação ou com alguns moradores que não pertenciam à associação. A comunicação por e-mail era regular, com pontos de situação quando havia reuniões com Vereadores, quando havia novas situações que mereciam reporte. Do lado da associação de moradores e dos moradores, isso também acontecia.

Portanto, não havia falta de comunicação, aliás era muito regular com todas as pessoas que lá viviam.-----

----- Sobre a segurança rodoviária, estava previsto no contrato de delegação de competências, implementar um projeto que já vinha do passado, mas que estava apenas em estudo prévio, de colocação de medidas de segurança rodoviária na Avenida Santa Joana Princesa e Avenida Dom Rodrigo da Cunha. Aliás, num dos pontos do CDC era esse projeto que lá estava, faltava fazer o levantamento topográfico, confirmar medições, fazer o projeto de execução e lançar a obra. Não haveria de ser nada de extraordinário nesse caso, mas havia projetos nos CDCs que precisavam de ser realizados, eram estimativas de valores, fazer projetos de execução e depois desenvolver, para estimar os custos. Era dinheiro dos CDCs, nem conseguiam fazer os projetos, não tinham essa necessidade. -----

----- No caso específico da segurança rodoviária, existia um estudo prévio que permitia fazer uma estimativa mais aproximada, mas era preciso fazer os projetos de execução, fazer as medições, para aferir o valor real daquela intervenção. -----

----- Quanto ao estacionamento, o Senhor Presidente já falou, decorria a parte burocrática, principalmente naquela zona do mercado, com direitos de superfície, etc., que tinham de ser acautelados pela Direção Geral de Património. -----

----- Relativamente ao Mercado de Alvalade e a questão da REMAX, na verdade eram duas empresas distintas que pediam para ocupar temporariamente, durante um dia específico, para fazerem a promoção da sua atividade, pagavam a ocupação do espaço de acordo com a tabela, a exemplo de outras empresas que tinham pedido para fazer eventos. Ainda não fizeram nenhum, mas fornecia-se o custo da ocupação desse espaço para quem quisesse realizar um evento temporário, não permanente, o pudesse fazer, de acordo com o regulamento. -----

----- A parte ambiental de poupança de água era uma das preocupações. Em relação ao ano 2021, pouparam cerca de 60 mil euros em água, e estavam a realizar intervenções no lago do Largo Frei Heitor Pinto para potenciar ainda mais essa poupança. Instalou-se um sistema de controle de gastos de água, gás e energia, em cerca de 130 pontos que a Junta geria, para ir medindo o consumo, ver se havia fugas e tentar tomar medidas.-----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que era só para relembrar, em relação à prevenção da corrupção e riscos conexos, que foi um assunto ali desde a primeira ou segunda Assembleia de Freguesia, poderiam comprovar quando houvesse as atas. -----

----- O Senhor Presidente tinha começado por desvalorizar, começou por dizer que não estava obrigado a fazer, e nesse dia foi ali dizer que, afinal, estava a ser trabalhado desde 2022, mas pelos vistos não sabia. -----

----- Faltava a questão de saber o que estaria a ser feito pela higiene urbana para fazer face às necessidades durante a Jornada Mundial da Juventude. -----

---- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a CML se encarregou de promover esse reforço, mas a Junta de Freguesia de Alvalade já aumentou os recursos, ainda recentemente, mais dois trabalhadores. Estavam previstos mais três trabalhadores e como havia uma situação de mobilidade de trabalhadores que saíram para outros sítios, também estava previsto que esses lugares fossem preenchidos muito em breve. Logo que o CDC estivesse aprovado poderiam reforçar, em sete ou oito trabalhadores, os serviços da Junta de Freguesia da higiene urbana. -----

----- Os serviços de higiene urbana dependiam fundamentalmente de duas coisas, de pessoas para trabalhar e recursos técnicos e equipamento. Não havendo isso, não havia milagres, só fazendo demagogia alguém podia dizer que ia aumentar a qualidade. -----

----- Dentro do possível, já tinham mais uma equipa de intervenção rápida. Agora estava previsto esse reforço e também a colaboração da CML, que já foi assumida publicamente e muitas vezes discutida, até na própria Assembleia Municipal, para dar resposta às Jornadas Mundiais da Juventude. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata em minuta referente às deliberações tomadas na presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com dois votos contra da CDU e restantes votos a favor. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e dez minutos do dia 22 de junho de 2023. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO _____ 2°.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----